



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

**WASHINGTON DE ASSIS MELO**

**VESTÍGIOS DE MEMÓRIA DA AVENIDA MÁRIO LEAL FERREIRA  
(BONOCÔ) CONTIDOS EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS**

Salvador  
2020

**WASHINGTON DE ASSIS MELO**

**VESTÍGIOS DE MEMÓRIA DA AVENIDA MÁRIO LEAL FERREIRA  
(BONOCÔ) CONTIDOS EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso submetido à aprovação da banca examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Ana Claudia Medeiros de Sousa

Salvador  
2020

M528

Melo, Washington de Assis

Vestígios de Memória da Avenida Mario Leal Ferreira (Bonocô)  
contidos em documentos arquivísticos / Washington de Assis Melo.

Salvador, 2020.

108 fls. :ils.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ana Claudia Medeiros de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – Universidade  
Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2020.

1. Arquivos Técnicos de Engenharia. 2. Fundação Mário Leal Ferreira.  
3. Memória.

I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação.

II.Título.

CDU 930.25



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
COLEGIADO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**WASHINGTON DE ASSIS MELO**

### **VESTÍGIOS DE MEMÓRIA DA AVENIDA MÁRIO LEAL FERREIRA (BONOCÔ) CONTIDOS EM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) submetido à aprovação da banca examinadora como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

ao Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

#### **Banca Examinadora:**

**Ana Claudia Medeiros de Sousa** – Orientadora.

---

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.  
Universidade Federal da Bahia

**Maíra Sales Souza** – Examinadora.

---

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia.  
Universidade Federal da Bahia

**Raquel do Rosário Santos** - Examinadora.

---

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.  
Universidade Federal da Bahia

À

Santíssima Trindade. Yahweh (Deus pai), Yeshua (O Salvador, Jesus) e a Parákletos (O Espírito Santo).

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó, aquele que criou os céus e a terra e tudo o que nela há; aquele que criou o espaço sideral e todas as constelações de estrelas. “Os teus olhos viram o meu corpo ainda informe, e no teu livro todas estas coisas foram escritas, as quais iam sendo dia a dia formadas, quando nem ainda uma delas havia.” (SALMOS 139:19). Obrigado Abba (Pai).

Agradeço também aos meus familiares, vizinhos, amigos, colegas, professores, mestres, doutores, chefes e supervisores dos estágios por onde passei, por todo incentivo, apoio, motivação, orientação, ensino, confiança, respeito, amizade e carinho. Deus vos abençoe.

Por fim, gostaria de lembrar daqueles que não vão com a minha cara, que me acham chato, insuportável, mal educado, grosseiro e seja lá o que mais acharem, que sou grato por vocês existirem e por contribuírem para o meu crescimento, pois, quero que saibam, que nem tudo na vida são flores e por isso devemos nos lembrar dos espinhos e dos dias difíceis. “Em tudo dai graças; porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco.” (1 TESSALONICENCES 5: 18).

*“Porque os vivos sabem que hão de morrer,  
mas os mortos não sabem coisa nenhuma,  
nem tampouco eles têm jamais recompensa,  
mas a sua memória ficou entregue ao  
esquecimento.”*

*(Eclesiastes 9:5 - Bíblia Sagrada.)*

## RESUMO

Os documentos arquivísticos são produzidos em meio às atividades de seus produtores e, tais documentos irão em alguns casos, registrar traços de memória. Neste sentido, o objeto de interesse desta pesquisa são os documentos provenientes das obras realizadas na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) que estão custodiados no acervo da Fundação Mário Leal Ferreira. Dessa maneira, a pesquisa teve como objetivo geral identificar vestígios de memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), a partir da documentação arquivística pertencente à Fundação Mário Leal Ferreira. Para tanto, fundamentou-se nos aspectos conceituais da Arquivologia e da Memória. Quanto ao delineamento metodológico se configura um estudo de caso na referida Fundação, bem como pesquisa descritiva e documental, cujos dados levantados foram analisados a partir da abordagem qualitativa. Os resultados alcançados evidenciaram que os documentos provenientes das obras da Avenida Bonocô, que compõem o acervo da Fundação Mário Leal Ferreira, são capazes de narrar fatos históricos e memorialístico da referida Avenida. Portanto, conclui-se que os documentos arquivísticos possibilitam a constituição de uma dada memória, como é o caso dos documentos referentes às obras da Avenida Bonocô.

**Palavras-chave:** Arquivos Técnicos de Engenharia. Avenida Bonocô. Avenida Mário Leal Ferreira. Fundação Mário Leal Ferreira. Memória.



## ABSTRACT

Records are produced within its creators activities, such documents can be linked with, in some cases, traces of memory. In this sense, this research's interest point is the records that accompany the works executed on Mário Leal Ferreira Avenue (Bonocô), which are kept in the collection of the Mário Leal Ferreira Foundation. Therefore, the main objective was to identify the memory traces of Mário Leal Ferreira Avenue (Bonocô), grounded on the archival records belonging to the Mário Leal Ferreira Foundation. Consequently, it was based on the conceptual aspects of Archivology and Memory. As for the methodological procedures, configured a case study based on descriptive and documentary research, the data collected was analyzed using the qualitative approach. The achieved results showed that the documents obtained from the works on Bonocô Avenue, which make up the collection of the Mário Leal Ferreira Foundation, are capable of narrating historical and memorial facts of the Avenue. hence the conclusion that the archival documents allow the construction of a palpable memory, as is the case with the documents related to the Bonocô Avenue works.

**Keywords:** Engineering Technical Files. Bonocô Avenue. Mário Leal Ferreira Avenue. Mário Leal Ferreira Foundation. Memory.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....   | <b>14</b> |
| 2.1 ARQUIVOLOGIA: conceito, teoria e prática .....   | 14        |
| 2.2 A MEMÓRIA E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS .....  | 22        |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....   | <b>26</b> |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....  | 26        |
| 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....  | 27        |
| 3.3 CAMPO DA PESQUISA.....   | 27        |
| <b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....  | <b>32</b> |
| 4.1 AVENIDA MÁRIO LEAL FERREIRA (Bonocô) .....   | 32        |
| 4.2 DE 1970 A 2015 REGISTROS DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL<br>CONTIDOS NOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS ..... | 35        |
| 4.3 DESCRIÇÃO ATUAL DA AVENIDA.....  | 52        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>57</b> |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | <b>62</b> |
| APÊNDICE A – Estações do Metrô linha 1 .....   | 62        |
| APÊNDICE B – Cruzamento da Via .....   | 63        |
| APÊNDICE C – Viaduto Chico Mendes.....   | 64        |
| APÊNDICE D – Passarela de pedestres. ....  | 65        |
| APÊNDICE E – Canteiro central da Avenida. ....   | 66        |
| APÊNDICE F – Sede de Órgãos Públicos. ....   | 67        |
| APÊNDICE G – Escolas, Igrejas e Creche.....  | 68        |
| APÊNDICE H – Estabelecimentos Comerciais.....  | 69        |
| <b>ANEXOS</b> .....  | <b>70</b> |
| ANEXO A – Decreto Municipal nº 3.869 de 29 de Março de 1970.....   | 70        |
| ANEXO B - Levantamento e projeto do Vale do Bonocô (Década de1970).....  | 71        |
| ANEXO C - Decreto Municipal nº 4.898 de 30 de Janeiro de 1976. ....  | 74        |
| ANEXO D - Projeto de ligação das Avenidas Bonocô e Vasco da Gama Década<br>de1970).....                          | 76        |
| ANEXO E - Fotografias aéreas do Vale do Bonocô, 1978.....  | 77        |
| ANEXO F - Base cartográfica da Avenida Mário Leal Ferreira, 1981.....  | 80        |

|   |     |
|---|-----|
| ANEXO G - Projeto geométrico: planta e perfil (Pista BR Centro) 1982. ....  | 82  |
| ANEXO H – Relatório de ocupações de áreas invadidas (1982). ....  | 84  |
| ANEXO I – Documento base para implementação dos Corredores de Usos Múltiplos das Avenidas de Vale (1983).....                               | 89  |
| ANEXO J – Estudo preliminar para lançamento de eixos (faixas de domínio e vias marginais) na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) 1985..... | 98  |
| ANEXO K – Livro “Retratos da cidade: Salvador antes - Salvador agora” (Década de 1990).....   | 105 |
| ANEXO L – Decreto Municipal n° 12.049 de 27 de Julho de 1998 .....  | 108 |

## 1 INTRODUÇÃO

É típico das grandes cidades possuírem um sistema viário para a promoção da mobilidade urbana. O constante crescimento das cidades acarreta transformações urbanísticas que vão reconfigurando os espaços. Neste contexto, construções, reformas e ampliações desses espaços geram documentos arquivísticos, como contratos de serviços, mapas, plantas, cartas topográficas, fotografias etc., que são provenientes dessas obras.

De acordo com a lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em seu anexo I, define 'Via' como "superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central." Sendo que as vias urbanas recebem a classificação de "vias de trânsito rápido, vias arteriais, vias coletoras e vias locais." O conjunto dessas vias formam um sistema viário urbano. (BRASIL, 1997).

Os documentos arquivísticos são utilizados por diferentes perfis de pessoas com interesses e finalidades distintas. Dentre esses interesses pode-se citar os vestígios de memória registrada que os documentos materializam e possibilitam a ressignificação de acontecimentos de determinado tempo e lugar, uma vez que os documentos são produzidos dentro de uma estrutura sociocultural e de um dado tempo histórico.

Nesta perspectiva, o objeto de interesse desta pesquisa são os documentos provenientes das obras realizadas na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) que estão custodiados no acervo da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), entidade pública municipal responsável pelo planejamento e coordenação de projetos urbanísticos, setoriais e de arquitetura da cidade do Salvador.

Para tanto, a pesquisa tem como pergunta norteadora: a partir do acervo da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), é possível construir uma narrativa de memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô)?

Para responder esse questionamento foram aplicadas algumas estratégias e uma linha metodológica, cujos elementos permitem investigar o caso a fim de chegar-se a um resultado satisfatório. Acredita-se na hipótese de terem ocorridas diversas intervenções viárias, desapropriações de imóveis e mudanças paisagísticas.

Dessa maneira o objetivo geral desta pesquisa foi identificar vestígios de memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), a partir da documentação arquivística pertencente à Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Os objetivos específicos foram:

- a) Levantar os documentos provenientes das obras realizadas na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) que estão custodiados na Fundação citada.
- b) Identificar os vestígios considerados representativos da memória da referida Avenida.
- c) Construir a partir dos documentos uma narrativa que delineie aspectos históricos e memorialísticos da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô).

No intuito de atender a proposta e aos objetivos desta pesquisa e mostrar o nível de relevância desse trabalho, o mesmo justifica-se pela magnitude do acervo da Fundação Mário Leal Ferreira, que custodia e preserva documentos de valor histórico, probatório e cultural sobre o desenvolvimento urbanístico da cidade do Salvador. Vale citar que o interesse pelo tema surgiu na oportunidade de estagiar na referida Fundação, e também, pelo acervo dos arquivos técnicos de Engenharia, além do desejo de contribuir novamente junto a instituição.

Outro fator se deve a utilização do conhecimento arquivístico, no que se refere as formas de uso e valor dos documentos, para identificar nos registros documentais as ações passíveis de comprovação das quais a pesquisa busca evidenciar. Sabe-se também que o documento de arquivo nasce com objetivo de atender a uma necessidade específica da instituição que o gerou, no entanto, o mesmo possui valor informativo, probatório, histórico e cultural, que assim sendo, também atende a outras necessidades para o qual não foi criado, pois passa a ser reconhecido como um bem patrimonial.

Tendo em vista todos esses aspectos é importante salientar o caráter reflexivo desse trabalho, uma produção para despertar novos interesses e perspectivas sobre o tema abordado, e ao mesmo tempo, sinalizar a carência de trabalhos acadêmicos produzidos no campo da Arquivologia como o uso dos arquivos técnicos de Engenharia.

Os capítulos seguintes seguem uma estrutura em que são apresentadas a revisão bibliográfica no capítulo 2, que fundamenta esta pesquisa. Em seguida no capítulo 3, é descrito o delineamento metodológico que viabilizou a realização da

pesquisa. Por conseguinte, no capítulo 4 são apresentados e analisados os dados. E por último, no capítulo 5 as considerações finais seguida das referências, apêndices e anexos.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo são apresentados aspectos conceituais que estão relacionados ao tema da pesquisa. Para tanto, inicialmente apresenta concepções sobre a Arquivologia, na sequência versa a respeito da memória e os documentos arquivísticos como suportes dela.

### 2.1 ARQUIVOLOGIA: conceito, teoria e prática.

Conforme Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), publicado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional (AN), Arquivologia é definida como “Disciplina que estuda as funções do arquivo<sup>1</sup> e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos.<sup>2</sup> Também chamada arquivística.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 37).

A princípio essa definição permite conhecer o significado atribuído a Arquivologia e possibilita ter noção sobre o seu objeto de estudo, porém, não propicia uma visão mais ampla da área. Calderon (2013) faz uma observação referente aos termos “Arquivologia” e “Arquivística”, por apresentarem para ele variações concernentes ao uso e por serem alvo de controvérsia entre alguns teóricos.

Apesar de ainda existirem controvérsia quanto ao uso dos termos ‘arquivística’ e ‘arquivologia’ para a designação da área, a maioria dos profissionais opta por arquivística. Cruz Mundet (2008, p.56), comenta que “arquivística” é uma influência dos autores norte-americanos e que, embora a literatura registre as duas opções, o termo é uma aceção universalmente reconhecida. De acordo com Rodrigues Lopez (2008, p. 383), o termo “arquivística” é usado praticamente em toda a Europa, mas, nos países da América Latina, é mais frequente o uso do termo “arquivologia” para designar a ciência da organização e conservação dos arquivos. No Brasil, autores como Castro, Castro e Gasparian (1988), Rondinelli (2002), Smit (2003) e Fonseca (2005) reiteram o uso do termo “arquivologia”, [...] (CALDERON, 2013, p. 60).

---

<sup>1</sup>Arquivo: Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

<sup>2</sup>Arquivo: Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Embora haja discussões sobre qual termo caracteriza melhor essa área do conhecimento, vale ressaltar a informação contida na citação que diz que para países da América Latina o termo predominante é Arquivologia. E neste sentido, pode-se inferir que o termo representa a identidade da área no Brasil, tendo um significado semelhante a definição apresentada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Analisando as informações até então apresentadas, fica evidente que o objeto de estudo da Arquivologia são os arquivos. No entanto, é importante saber que a palavra “arquivo” é um termo polissêmico, isto é, que possui mais de um significado, e por isso, faz-se necessário conhecê-los. Segundo Paes (2004), há dúvidas quanto à origem do termo, alguns acreditam que surgiu na Grécia antiga como *Arché*, por causa do palácio dos magistrados, e tempos depois evoluiu para *Archeion*, significando lugar de guarda e depósito dos documentos. Mas por causa dos esforços para se estruturar as terminologias da área arquivística, dicionários foram elaborados.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) o termo possui quatro (4) sentidos diferentes.

**Arquivo:**

**1 Conjunto de documentos** produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.<sup>3</sup>

**2 Instituição ou serviço** que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso <sup>4</sup> a documentos.

**3 Instalações onde funcionam arquivos.**

**4 Móvel destinado à guarda** de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27, grifo nosso).

As definições foram organizadas e consolidadas com o objetivo de uniformizar o uso dos termos na Arquivologia. Paes (2004) comenta que a finalidade dos arquivos (conjunto de documentos) é servir a administração e com o tempo constituir base do conhecimento da história. E o arquivo (instituição) tem a função de tornar disponíveis as informações contidas no acervo documental sob sua custódia.

Ter esse conhecimento sobre o uso do termo arquivo é fundamental na hora de elaborar e interpretar um texto, pois como visto na citação do parágrafo anterior, se a aplicação do termo estiver fora de contexto, gera dificuldades de compreensão.

---

<sup>3</sup> Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

<sup>4</sup> Acesso: Possibilidade de consulta a documentos e informações (ARQUIVO NACIONAL, 2005).



Sendo assim, no momento de sua utilização faz-se necessário observar o contexto de inserção para que fique de acordo com o que realmente se deseja expressar, evitando ambiguidades e interpretações equivocadas.

Até então foram vistas definições sobre arquivo e arquivologia, porém, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre seus princípios, teorias e funções, a fim de ampliar o conhecimento sobre a área.

De acordo com Rousseau e Couture (1998), os princípios básicos da arquivologia são os princípios da territorialidade e do respeito aos fundos ou da proveniência e a teoria das três idades. Para os autores esses princípios já vinham sendo praticados desde o final do século XIX e configura a própria base da arquivologia moderna.

Para o princípio da territorialidade dizem que é “[...] o princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 52). Esse princípio assemelha-se com a ideia original do próprio termo territorialidade, significando que os arquivos devem sempre permanecer o mais próximo possível da área de sua criação, não sendo apropriada sua remoção para outra localidade fora dos limites de jurisdição onde foram produzidos, para assim poderem continuar preservados e influenciando seu lugar de origem.

Quanto ao princípio do respeito aos fundos ou da proveniência, Rousseau e Couture (1998, p. 52) afirmam que “[...] consiste em deixar agrupados, sem os misturar com os outros, os arquivos [...] provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física [...]” Essa afirmativa equipara-se com a definição estabelecida no DBTA que classifica esse princípio como “Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136).

Para Bellotto (2006, p. 88 *apud* Ribas e Escorel) “este princípio fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor.” E também, “por este princípio, os arquivos devem ser organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos.”

Além desses princípios abordados por Rousseau e Couture, há outros que não foram citados e que fazem parte desse conjunto. São eles os princípios da Organicidade, da Cumulatividade, da Unicidade, e da Indivisibilidade.

Assim como nos demais cada um desses tem sua relevância. As relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais. O princípio da Organicidade é “a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.” O princípio da Cumulatividade “é uma formação progressiva, natural e orgânica” (BELLOTTO 2006, p. 88 *apud* RIBAS e ESCOREL).

O princípio da Unicidade, “não obstante, forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos.” O princípio da Indivisibilidade ou integridade prevê que “os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida [...]” (BELLOTTO, 2002, p. 21 *apud* RODRIGUES, 2006, p. 5)

Dando prosseguimento, os autores Rousseau e Couture (1998) quando abordam a teoria das três idades, dizem que está relacionada com três etapas de vida dos documentos. Afirmam que na primeira etapa é a idade ativa do documento, que consiste no uso regular pela administração. A segunda etapa é a idade semiativa dos documentos, consistindo no uso ocasional pela administração. E a terceira etapa é a idade inativa dos documentos, que consiste na destruição ou guarda permanente (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 53).

Essa teoria é voltada para o tratamento dos documentos fundamentando todas as ações prévias para o exercício da prática. Em uma linguagem mais simplificada para explicar o conceito apresentado pelos autores, a primeira idade é quando os documentos de arquivo estão sendo produzidos e utilizados com alta frequência pela entidade produtora, até cumprirem o fim que se destinam. Nesta fase os documentos recebem o nome de arquivos correntes. Na segunda idade, esses documentos provavelmente já cumpriram seu propósito, ficando com baixa frequência de uso e a disposição para eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Nesta fase os documentos recebem o nome de arquivos intermediários. Na terceira idade, esses documentos já cumpriram todos os prazos previstos nas idades anteriores e também toda serventia para a administração, podendo agora serem descartados ou

preservados de forma definitiva. Esta fase recebe o nome de arquivos permanentes (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 115 - 116).

Um fato relevante relacionado à teoria das três idades é o surgimento dos valores primário e secundário dos documentos. O valor primário está associado às duas primeiras idades, fases em que os documentos ainda estão servindo a administração. O valor secundário está ligado à terceira idade, fase em que o documento não está mais servindo de forma frequente ou ocasional a administração (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 117 - 118). Esses valores dão uma nova característica aos documentos, principalmente para os da terceira idade, que aparentam não terem mais utilidade quando na verdade possuem valor histórico, informativo, probatório e cultural.

Os documentos arquivísticos, a propósito, são aqueles produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, instituição pública ou privada no exercício de suas atividades, constituindo-se elemento de prova ou informação. Diferentemente do conceito de “documento”, que é toda informação registrada independente do suporte.

O documento arquivístico se distingue por nascer das relações internas e externas entre pessoas físicas ou jurídicas, instituições públicas ou privadas no âmbito de suas tarefas, cumprindo um propósito em atendimento a uma demanda.

Rousseau e Couture (1998) corroboram com as ideias vistas no conceito quando versam sobre o assunto.

O <documento> é um <conjunto constituído por um suporte [peça] e pela informação que ele contém, utilizáveis para efeito de consulta ou como prova>. Esta palavra pode ser igualmente escrita no plural com um significado idêntico ao singular: <Documentos de arquivo – Documentos que contém uma informação seja qual for a data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral, ou por qualquer serviço ou organismo público ou privado, no exercício da sua actividade>. Em resumo, um <documento> é constituído por um suporte ou peça e por um conteúdo (a informação nele registrada) (ROUSSEAU; COUTURE, 1998. p. 137).

Com esse detalhamento e explicação dos termos reforça-se as ideias apresentadas anteriormente, evidenciando novamente a relevância dos documentos arquivísticos e seus valores administrativo, fiscal e jurídico (implícitos no valor primário), e os valores informativo, probatório, histórico e cultural (implícitos no valor secundário). Portanto, para uma melhor percepção da importância desses valores, é fundamental ter conhecimento das rotinas práticas com os arquivos, conhecida por

gestão documental ou gestão de documentos. Segundo a lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos, em seu art. 3º, caracteriza gestão de documentos como “[...] o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991).

Os procedimentos e operações técnicas da gestão documental têm suas bases nas funções arquivistas. Conforme Rousseau e Couture (1998, p. 265), são sete essas funções, “[...] a criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.” Todas atreladas ao exercício da prática. Mas afinal de contas o que representa cada uma dessas funções? De acordo com Borges (2013, p. 02, grifo autor), cada função estabelece uma ação.

A **criação/produção** contempla os procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na produção de documentos de arquivo, abrangendo definição de normas, conteúdo, modelos, formato e trâmite. [...].

A **avaliação** é feita a partir de critérios preestabelecidos, definição dos prazos de guarda e destinação (eliminação ou preservação permanente) da documentação arquivística. [...].

A **aquisição** contempla a entrada de documentos nos arquivos correntes, intermediários e permanente. Refere-se ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência e recolhimento de arquivo. É feito de forma a assegurar que o acervo recebido é completo, confiável e autêntico. Abrange também a doação, o depósito e o empréstimo sob custódia temporária, a microfilmagem de documentos pertencentes a outras instituições, mas tem o interesse fundamental ao fundo em custódia. [...].

A **conservação/preservação** engloba os procedimentos relacionados à manutenção da integridade física e (ou) lógica dos documentos ao longo do tempo, em como as tecnologias que permitem o seu processamento e recuperação.

A **classificação** refere-se à criação e à utilização de planos de classificação que reflitam as funções, atividades e ações ou tarefas da instituição acumuladora dos documentos arquivísticos nas fases corrente e intermediária e a elaboração de quadros de arranjo na fase permanente. [...].

A **descrição** é uma ação que perpassa todo o ciclo de vida do documento, devendo ter seus elementos adequados a cada uma das suas fases, à unidade documental a qual se refere e às necessidades do usuário. A indexação é um componente da descrição, como o processo de estabelecimento de pontos de acesso para facilitar a

recuperação dos documentos ou informação. Compreende a criação e utilização de índices e de vocabulários controlados. [...].

A **difusão/acesso** tem relação com a acessibilidade do documento. Não se restringe ao acesso, mas também a disseminação das informações contidas nos documentos (BORGES, 2013, p. 02, grifo autor).

Rousseau e Couture (1998) comentam que a função criação ainda é uma atividade recente, embora tivessem arquivistas trabalhando com copistas na alta antiguidade, mas foi mesmo a partir dos *records management*<sup>5</sup> que se desenvolveram competências neste domínio.

Com a utilização cada vez maior do computador e a procura de uma maior eficácia administrativa para a criação de documentos, as preocupações dos arquivistas, no domínio da criação, consistem sobretudo em assegurar a uniformização da forma dos documentos, bem como a gestão dos documentos eletrônicos (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 51).

Essa preocupação se tornou mais evidente com a chegada dos princípios arquivísticos, que proporcionou o desenvolvimento de novas competências e o aperfeiçoamento de técnicas existentes, provocando uma melhora na gestão de documentos que tem por prerrogativa gerenciar todo fluxo documental.

Ávila (2011) traz algumas reflexões sobre essa e as demais funções, para ele na etapa de criação o arquivista deve planejar um meio de controle da produção desenfreada das informações de modo a diminuir o aumento do volume documental. Na etapa da classificação, ele afirma que o arquivista precisará ter um conhecimento histórico bem amplo da unidade produtora e de estudos mais aprofundados das funções e atividades desenvolvidas no âmbito administrativo. Referente à avaliação, segue dizendo que é o resultado positivo do processo de classificação. Segundo ele através desse resultado é possível estabelecer os prazos de guarda dos documentos e sua destinação final. E no tocante ao acesso aos documentos, afirma que expressa à capacidade do arquivo, enquanto setor ou instituição, se apresentar aos seus usuários internos ou externos a fim de promover uma interação e divulgação dos serviços (ÁVILA, 2011). Portanto, fica demonstrado a relação das funções arquivísticas no processo de gestão de documentos.

---

<sup>5</sup> Gerenciamento de Registros (Tradução nossa).

Para Perez e Prade (2017, p. 229) “estas funções aliadas ao processo de gestão documental acarretam em grandes benefícios aos arquivos, aos acervos e também aos usuários que poderão usufruir de informações cujo tratamento tenha sido realizado com eficiência [...]”. Logo, com o conhecimento teórico se estabelece a prática e o desenvolvimento das atividades com os arquivos.

Diante de tudo que se conheceu sobre a Arquivologia faz-se necessário falar sobre a figura dos profissionais que representam essa área. O Arquivista e o Técnico de Arquivo, são estes os agentes legalmente habilitados e amparados por lei para atuarem nesse campo profissional.

A lei 6.546 de 4 julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo, e dá outras providências, estabelece os requisitos mínimos para o exercício da profissão, além de definir atribuições do cargo e estabelecer o nível de escolaridade. Para o Arquivista, exige-se formação específica na área de Arquivologia com diploma de curso de nível superior. Para o Técnico de Arquivo, exige-se formação em curso técnico de Arquivo de nível médio.

Dentre as atribuições o Arquivista é responsável pelo planejamento, organização e direção de serviços de arquivo. O Técnico de Arquivo atua com recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação (BRASIL, 1978).

## 2.2 A MEMÓRIA E OS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Quando falamos de memória é inevitável não associarmos a recordações passadas. Em termos gerais, conforme infere-se dos conceitos e definições apresentados a seguir, mas não se limitando a esta concepção, memória pode ser compreendida como lembrança de algo ocorrido no passado, armazenada ou registrada em algum lugar ou suporte, que pode ser recuperada de forma integral ou parcial, a fim de atender à necessidade que a motivou.

Partindo desta perspectiva, esta abordagem busca evidenciar a evocação da memória a partir das informações registradas em documentos arquivísticos e suas relações.

A utilização do termo ‘memória’ é muito diversificada, pois nem sempre o conceito visto em determinada área do saber pode ser aplicado à outra, isso porque o termo dá sentido a uma série de fatos correlatos ao presente, passado e futuro.

De acordo com a versão digital do dicionário Aurélio (2010), as definições para o termo são as seguintes:

### **Memória**

[Do lat. *memoria*.]

*Substantivo feminino*

01. Faculdade que se tem de adquirir informações, retê-las e, então, ser capaz de evoca-las: *Tem boa memória.*
02. Lembrança, reminiscência, recordação: *A memória daqueles dias.*
03. Celebridade, fama, nome.
04. Monumento comemorativo.
05. Relação, relato, narração: *Escreveu a memória da guerra.*
06. V. *memento* (3).
07. V. *memento* (4).
08. Vestígio, lembrança, sinal: *Da tragédia não restou memória alguma.*
09. Aquilo que serve de lembrança.
10. Medalhão em que as mulheres costumavam colocar um retrato, ou um cachinho de cabelo, como lembrança de alguém.
11. Miniatura de retrato us. por homens em anel, ou na corrente de relógio.
12. Nota diplomática; memorial: *O governo recebeu uma memória do embaixador francês.*
13. Dissertação acerca de assunto científico, literário ou artístico, para ser apresentada ao governo, a uma corporação, a uma academia, etc., ou ser publicada.
14. *Ant.* Anel comemorativo: “Nos dedos refulgem anéis e memórias” (Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 94.) [Cf., nesta acepç., *memória* (11).]

15. *Inform.* Dispositivo em que informações podem ser registradas, conservadas, e posteriormente recuperadas; armazenador; dispositivo de armazenamento.
16. *Inform.* Memória principal.
17. *Bras. AM MG RS Anel* (1). [Cf. memória (11).]
18. *Bras. RS V. joia* (1). [Cf. *memoria*, do v. *memoriar*.] (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2010).

Com a análise dessas definições observa-se a extensa relação do termo com os mais variados assuntos, desde as funções cerebrais - concernente as funções mentais da memória que tratam da fixação 'capacidade de gravar informações', evocação 'capacidade de atualizar dados já fixados' e reconhecimento 'capacidade de recordar uma imagem' - a objetos, atos do governo, monumentos e, certos tipos de atitudes dos indivíduos. Além disso, há uma série de palavras compostas formadas pelo uso do termo que permite ter novas percepções. Por exemplo: Memória afetiva; Memória de anjo; Memória de cálculo; Memória de elefante; Memória de galo; Memória descritiva; Memória fotográfica; Memória imunológica; Memória interna; Memória nacional; Memória primária; Memória principal; Memória RAM; Memória ROM; Memória secundária; Memória virtual; Memória Visual; De memória; Refrescar a memória e dentre outras não citadas. Todas com um novo sentido e significado (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2010).

De acordo com Neves (1998, p. 218 *apud* Delgado, 2003, p. 18)

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (NEVES, 1998, p. 218)

Este conceito proporciona ter uma visão geral dos elementos que se relacionam com a memória, e ao mesmo tempo evidenciam de forma indireta áreas do conhecimento que tratam do assunto, que provavelmente são destaques entre as demais, a saber, a Psicologia, a História, a Filosofia e a Ciência da Informação.



Para Delgado (2003),

[...] o conceito de memória não é homogêneo e conforma-se por múltiplos significados, [...]. Significados tantos e tão potencializadores que confluem às dimensões superiores da vida: humanista em sua essência; dialética em sua propensão transformadora; dilacerada, múltipla e plural, em sua sociabilidade. (DELGADO, 2003, p. 17)

No entanto, muitas são as abordagens e perspectivas apresentadas nos estudos de memória pelos teóricos, porém, um fato comum entre elas é a evocação de uma realidade ou circunstância ocorrida em um dado momento, que sempre fará parte do objeto de estudo. E nesse sentido, o papel dos documentos arquivísticos como elemento garantidor na evocação de fatos que notabilizem a memória daquilo que se pretende manifestar, é fundamental.

Haja vista que os documentos arquivísticos possuem um grande potencial informacional, que obviamente faz jus aos seus valores e sua relação com a memória, compreende-se, no entanto, que o documento de arquivo caso não apresentasse nenhuma das características até então explicitadas, não poderia ser ligado a memória e nem ser um dos elementos garantidores da evocação da mesma.

Lodolini (1990, p. 157 *apud* Jardim, 1995, p. 04) retrata essa relação da memória com os arquivos quando declara,

[...] desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória' inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado[...] A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros 'arquivos'. (LODOLINI, 1990, p. 157)

Miranda Netto (1982, p. 378 *apud* Jardim, 1995, p. 4) já argumentava que a memória estava além das células do DNA.

Mas não é apenas nas células do ADN que existem arquivos. Também o sistema nervoso do homem é um arquivo. A pitoresca locução 'fulano é um arquivo' tem, pois, sua contrapartida em nosso organismo. A memória humana está organizada em fichas e pastas que são os neurônios, onde se grava tudo o que acontece na vida, o despertar da

consciência [...] Dizem os dicionários que ‘memória’ é a faculdade de reter (conservar e readquirir idéias, impressões, imagens e conhecimentos obtidos anteriormente). Exatamente como no arquivo. Em alguns indivíduos, a recuperação se faz facilmente (são as chamadas memórias de elefante ou de anjo), em outros a recuperação se faz lenta ou imperfeitamente (são as memórias de galo). Mas sempre haverá o arquivo completo de toda a vida, utilizável ou não segundo a qualidade da memória. (MIRANDA NETTO, 1982, p. 378)

Jardim (1995, p. 04) ressalta que “o corpo como metáfora da memória mostra-se ainda ilustrativo daquilo que alguns reconhecem como uma ‘memória nacional’ no âmbito da qual os arquivos estariam localizados.” Segundo Magalhães (1985, p. 67 *apud* Jardim, 1995, p. 4),

É preciso refletir um pouco sobre o conceito de memória nacional, que para mim está aí, guardada nos grandes depósitos de saber que são o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público, os órgãos regionais. A memória nacional está nos livros, no trabalho do Instituto do Patrimônio Histórico, enfim, em todas as entidades que, ao longo do tempo, se ocupam do problema da trajetória histórica da nação. A memória nacional, portanto, não precisa ser procurada. O que precisa ser feita é a dinamização da memória nacional [...] E aí faço, de novo, o uso de uma imagem comparativa com o organismo humano. Quando se fala em memória, num sentido figurado, quando se empresta a idéia de memória a um fato qualquer, em geral há uma tendência a se tomar isso como ‘juntar’ ou ‘guardar’ alguma coisa, ‘reter’. E isso me parece insatisfatório, eu prefiro o conceito biológico de memória: guardar, reter, para em seguida mobilizar e devolver. (MAGALHÃES, 1985, p. 67)

A reflexão trazida por Magalhães evidencia que as instituições que promovem a custódia da memória nacional não devem apenas se restringirem a isto, a guarda de documentos, mas mobilizar e devolver essas memórias, ou seja, fazer com que se saiba da existência de tais documentos a fim de permitir a construção e fortalecimento da memória pelos indivíduos sociais.

E completando essa abordagem, Nora (1993, p. 15 *apud* Jardim, 1995, p. 2) destaca que “a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, ‘à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar’.”

Portanto, essa breve discussão possibilitou observar quão amplo são os estudos de memória juntamente com suas vertentes, confirmando assim, a relação com os documentos arquivísticos e a enorme representatividade entre as áreas do conhecimento.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo é apresentado o delineamento metodológico que viabilizou a realização da pesquisa e o alcance dos objetivos propostos. Nesse sentido, inicia-se pela caracterização da pesquisa, seguida da descrição do universo e amostra, e o campo da pesquisa.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 65), método científico pode ser entendido como “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, [...]” E neste sentido foram selecionados os métodos, procedimentos e técnicas que viabilizaram a realização desta pesquisa.

A pesquisa teve como objetivo geral identificar os vestígios de memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), a partir da documentação arquivística pertencente à Fundação Mário Leal Ferreira. Portanto, se configura um estudo de caso na referida Fundação, evidenciado no subitem 3.3, bem como pesquisa descritiva e documental. Descritiva porque visa descrever os aspectos de determinada população ou fenômeno, uma vez que Fernandes e Gomes (2003), compreendem que

Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo (FERNANDES; GOMES, 2003, p. 08).

Os procedimentos adotados foram a pesquisa documental e bibliográfica, com ênfase no acervo da Fundação Mário Leal Ferreira, buscas por informações complementares em fontes confiáveis na *internet* e o exercício da documentação direta, um meio de coleta de dados realizado *in loco* que se assemelha a pesquisa de campo. O tratamento dos dados foi norteado pela abordagem qualitativa que estuda os aspectos subjetivos de determinados fenômenos sociais e culturais.

### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo dessa pesquisa teve por referência os documentos arquivísticos referentes as Avenidas de Vale de Salvador. Como amostra desse universo escolheu-se apenas uma das avenidas para aplicação da pesquisa, a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô). Optou-se em construir uma narrativa das transformações ocorridas na referida avenida desde sua criação até o presente ano, a partir da análise dos documentos arquivísticos pertencentes ao acervo da Fundação Mário Leal Ferreira.

### 3.3 CAMPO DA PESQUISA

O campo da pesquisa foi a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), entidade pública municipal responsável pelo planejamento e coordenação de projetos urbanísticos, setoriais e de arquitetura da cidade do Salvador, cujo documentação dos projetos executados e finalizados encontram-se disponíveis no setor de Biblioteca com possibilidade de acesso e consulta ao público em geral. A Biblioteca da FMLF, guarda a memória do planejamento urbano da Cidade do Salvador desde a década de 1970, através do acervo do Órgão Central de Planejamento – OCEPLAM, e de órgãos que o sucederam: Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAM, e do Centro de Planejamento Municipal - CPM. A Biblioteca dispõe em seu acervo além dos livros, outros recursos informacionais tais como: projetos, materiais cartográficos, CDs, recortes de jornais, coleção do Diário Oficial do Município, entre outros itens.

É um fato comum entre muitas pessoas não saberem quem foi o(a) personagem que teve seu nome dado a alguma rua, praça, bairro e etc. Pode-se dizer que são vários os motivos que contribuem para esse desconhecimento, por exemplo, a cultura local, falta de iniciativa do poder público em torna-los conhecidos entre seus cidadãos, e dentre outras causas. Apontado o fato, então faz-se necessário apresentar quem foi Mário Leal Ferreira.

Figura 1 - Mário Leal Ferreira (1895-1947).



Fonte: Google Imagens, 2020.

Engenheiro, urbanista, professor e empresário. Mário Leal Ferreira foi uma figura extremamente importante no cenário brasileiro, e principalmente, para o povo baiano e cidadãos soteropolitanos. Segundo Da Costa (2011), em texto síntese apresenta quem foi Mário Leal e algumas de suas realizações, acompanhe:

Baiano de Santo Amaro da Purificação, quarto filho do médico Joaquim Leal Ferreira e da Profa. Izaura Leite Leal Ferreira. Nasceu no dia 8 de janeiro de 1895 [...] Sua mãe o alfabetizou e ensinou, também, as matérias fundamentais do curso primário, ainda residindo em Santo Amaro. Em 1906, no "Gymnasio São Salvador", instalado no Bairro da Barroquinha (em Salvador), iniciou o curso ginasial, concluindo-o em 1911 [...] Em 1912 ingressou na Escola Politécnica da Bahia, concluindo o curso de engenheiro geógrafo em dezembro de 1914, aos 19 anos de idade. Em 1915, foi para Porto Alegre trabalhar na Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul. Como já se destacara como competente profissional foi designado para, na Alemanha, fiscalizar a fabricação de material ferroviário, adquirido pelo Governo gaúcho para a viação férrea. Permaneceu na Alemanha durante os anos de 1922 a 1924. Aproveitou essa oportunidade para fazer um curso sobre higienização de cidades, estudo que aprofundou ao retornar ao Brasil. (DA COSTA, 2011, p. 05).

Ainda conforme Da Costa (2011), Mário Leal deixou a Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul e foi para São Paulo, no ano de 1927. Depois foi para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de engenharia civil, em 1928 na Escola Nacional de Engenharia. Em 1932, concluiu o curso de Engenharia Sanitária e Sociologia na *Harvard University*, como estudante graduado (fellow) da *Rockefeller Foundation*. Após retornar

ao Brasil, entre os anos de 1933 a 1942, foi funcionário público federal como engenheiro sanitaria e professor da Escola Nacional de Engenharia e da Escola Nacional de Belas Artes. Foi nomeado pelo Presidente Vargas para diversos cargos.

Esta breve biografia oportuniza conhecer sua trajetória de vida, um pouco da sua infância até a idade adulta, a carreira acadêmica, a vida profissional, além de locais onde estudou e trabalhou, ações como empreendedor e atuação como servidor público.

De todos os trabalhos realizados e planejados por Mário Leal, um deles, o Plano de desenvolvimento urbanístico da cidade do Salvador, o consagrou como um dos maiores urbanistas da Bahia. No ano de 1942, a Prefeitura Municipal do Salvador (PMS), abriu processo licitatório para a contratação de empresa na área de urbanização e saneamento de cidades, tendo como vencedor Mario Leal Ferreira, que apresentou o plano de desenvolvimento urbanístico na forma de proposta durante a concorrência. Após passar por avaliação do prefeito, teve sua aprovação confirmada.

Assinado o contrato com a Prefeitura, em 3 de novembro de 1942, com prazo de elaboração dos trabalhos em três anos, a contar do dia 1º de janeiro de 1943, com o custo estabelecido em Cr\$ 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil cruzeiros), Mário Leal Ferreira organizou o "Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador - EPUCS", tendo-o na liderança dos trabalhos (DA COSTA, 2011, p. 06).

Com o contrato firmado e a criação do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), iniciaram-se os trabalhos para implementação do plano de desenvolvimento urbanístico da cidade do Salvador, conhecido como 'Plano Mario Leal Ferreira', que acarretaria em diversas intervenções viárias e sanitárias por toda cidade do Salvador. De acordo com Da Costa (2011), a equipe do EPUCS era multidisciplinar, composta por engenheiros, urbanistas, médicos e um padre.

Mário Leal Ferreira não teve como preocupação principal, ao elaborar o plano para o desenvolvimento urbano de Salvador, ater-se à formulação de traçados geométricos para as ruas e praças da cidade. Elaborou um trabalho científico abrangente, contemplando: a) diferenciação de zoneamento urbano; b) vias de comunicação; c) parques e jardins; d) habitação; e) instalações de serviços públicos, centro cívico e intercomunicações; f) centros de abastecimentos e suas instalações; g) restauração e preservação de prédios e monumentos público; h) legislação urbanística. (Lei 900 de 23/03/1959) (DA COSTA, 2011, p. 06).

No planejamento das vias de comunicação priorizou-se o aproveitamento dos Vales da cidade, que demandaram a execução de obras de engenharia. As obras descritas no plano Mário Leal Ferreira foram:

1. Avenida do Centenário (ligação com a Avenida Vasco da Gama), incluindo:
  - a) Viaduto da Rua Bento Gonçalves (Federação);
  - b) Túnel Teodoro Sampaio (Av. Centenário);
2. Túnel Américo Simas (Cidade Baixa - Cidade Alta, conclusão)
3. Avenida Vale do Canela (Ligação Campo Grande - Avenida Centenário), incluindo:
  - a) Passagem inferior: Campo Grande – Vale do Canela;
  - b) Passagem inferior Bento Gonçalves - Vale do Canela
4. Avenida Barros Reis (Ligação Dois Leões - Retiro - Largo do Tanque)
5. Avenida Vale do Camarogipe (Ligação Barros Reis - Largo da Mariquita);
6. Avenida Vale do Queimado (Ligação Soledade - Liberdade);
7. Avenida Bonocô (Ligação Fonte Nova Avenida Vale do Camarogipe)
8. Avenida Vale de Nazaré (Ligação JJ Seabra - Largo da Fonte Nova);
9. Ligação Djalma Dutra - Largo dos Paranhos (7 Portas - Brotas);
10. Alargamento da Rua Teixeira Soares (Corredor da Lapinha);
11. Viaduto: Ligação Politeama - Barris;
12. Avenida de Contorno (Ligação Cidade Baixa - Barra) (DA COSTA, 2011, p. 06 - 07).

Todos esses projetos de intervenções estavam previstos no plano Mário Leal Ferreira, desenvolvido pelo extinto EPUCS. No entanto, durante o processo de desenvolvimento e conclusão dos trabalhos, ocorreram situações indesejáveis, como o atraso na entrega do plano na data prevista no contrato, o falecimento do então Mário Leal Ferreira, idealizador do plano, e outros adventos que adiaram um pouco mais a finalização dos projetos e início da execução das obras.

O prazo para conclusão dos trabalhos do escritório estava previsto para 1946, quando parte do plano foi entregue ao então prefeito Armando Carneiro da Rocha. Foi solicitado um adiamento no prazo de oito meses para encerramento dos trabalhos, mas, em razão da complexidade do plano, foi solicitado um novo adiamento em janeiro de 1947. No dia 11 de março do mesmo ano morre, em razão de problemas gástricos, Mário Leal Ferreira, assumindo o comando o arquiteto Diógenes Rebouças. Em janeiro de 1948 é criada a Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador – Cpucs. Sua função seria concluir as pesquisas do Epucs. [...] Desta forma, o Epucs acabou sendo uma escola de planejamento para toda uma geração de profissionais. E o Plano Mario Leal Ferreira cumpriu seu propósito de oferecer à cidade as diretrizes básicas para o seu crescimento (CAMPOS, 2009, p. 2 - 3).

Conforme visto, esses fatos e ocorrências diz respeito a pessoa de Mário Leal Ferreira, figura respeitadíssima entre os urbanistas baianos. Ter seu nome dado em batismo de uma das avenidas que idealizou e também no atual órgão de planejamento de projetos urbanístico da cidade, demonstra o reconhecimento pelo seu trabalho e o grau de relevância dos serviços prestados a sociedade. Sendo essa, uma das formas que o poder público municipal escolheu para homenageá-lo por toda contribuição dada para o desenvolvimento urbanístico de Salvador.



## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados e analisados os dados emanados das leis, decretos, portarias, publicações do diário oficial, livros, projetos de engenharia, fotografias aéreas, relatórios técnicos, estudos preliminares e mapas, coletados na documentação pertencente à FMLF, referentes a Avenida Bonocô, além das imagens feitas *in loco*, fundamentando-se nas concepções conceituais da arquivologia e da memória.

### 4.1 AVENIDA MÁRIO LEAL FERREIRA (Bonocô)

Inicialmente apresenta-se um breve histórico da Avenida Mário Leal Ferreira, popularmente conhecida como Avenida Bonocô, que representa uma importante avenida da cidade. Liga o bairro do comércio, região portuária, a BR-324, rodovia federal. Está situada na divisa entre os bairros de Brotas e Cosme de Farias / Luís Anselmo, tendo aproximadamente 4 km de extensão, possuindo em uma de suas extremidades o trecho que liga com a Avenida Vasco da Gama e Vale de Nazaré, e na outra extremidade o trecho de ligação com a BR-324 / Acesso Norte e Avenida Antônio Carlos Magalhães (Av. ACM).

Figura 2: Avenida Mário Leal Ferreira (2016)



Fonte: Google Imagens, 2020.

Essa Avenida é uma via arterial com velocidade máxima permitida de 70 km/h, que de acordo a lei municipal nº 9069 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU), no Art. 204, Inciso I, alínea b, estabelece que esse tipo de via tem a seguinte função:

b) Via Arterial I (VA-I), com a função principal de interligar as diversas regiões do Município, promovendo ligações intraurbanas de média distância, articulando-se com as vias expressas e arteriais e com outras de categoria inferior, contando com faixas de tráfego segregadas para o transporte coletivo, que terão prioridade sobre qualquer outro uso projetado ou existente na área destinada à sua implantação; (SALVADOR, 2016).

Além disso, comporta em seu canteiro central os elevados trilhos da linha 1 do sistema metroviário de Salvador, e mais duas (2) estações de embarque e desembarque de passageiros dos trens do metrô.

Muitos anos antes da criação da Avenida essa localidade era conhecida como Baixa do Bonocô. Essa denominação teve sua origem devido a um antigo costume praticado pelos adeptos do candomblé que realizavam seus cultos e rituais na referida localidade a um orixá<sup>6</sup> chamado *Igunnuko*. Esse orixá foi um guerreiro nigeriano que em certa ocasião acabou sendo capturado e vendido como escravo pelos seus rivais, mas conseguiu fugir e retornar para sua aldeia sendo recebido com festa. *Baba Igunnuko* ou *egunokô*, como lhe é chamado, é considerado um *Egungun* africano<sup>7</sup>.

No livro “Os nomes das ruas contam histórias” de Luiz Eduardo Dórea, é possível ver essa narrativa como mais detalhes e informações que completam o entendimento, segue trecho abaixo:

A origem deste batismo é explicada pelo professor Waldeloir Rêgo, em texto publicado no livro *Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia*, onde se lê: “Em outro ponto da cidade onde existe uma baixada chamada Baixa do Bonocô, antes Gunocô, que é uma corruptela de Igunnukô, os negros se reuniam à noite para fazerem o ritual de Baba Igunnukô em volta de uma árvore sacralizada, distribuído eghó (milho branco cozido) enquanto dava meia-noite, quando Baba Igunnukô aparecia. Os fiéis que desejassem fazer

<sup>6</sup> Orixá é uma designação genérica das divindades cultuadas pelos iorubas no Sudoeste da atual Nigéria, e também de Benin e Norte do Togo, de onde foram trazidos os negros escravizados para o Brasil e com eles suas crenças, às quais foram sendo incorporadas por outras manifestações religiosas (ANDRADE, 2013, p. 01).

<sup>7</sup> Termo das religiões de matriz africana que designa os espíritos de pessoas mortas importantes, que retornam a terra. O termo faz parte da mitologia iorubá (WIKIPÉDIA).

*consulta, tomavam de uma terrina branca, ekó (acaçá), vela e dinheiro e pediam o que queriam, para quando Baba Igunnukô chegasse responder as consultas feitas, de acordo com as terrinas que encontrava ao pé da árvore. Ao som de cânticos e toques, Baba Igunnukô dançava de um lado para o outro e quando avançava em direção contrária à área do ritual, traziam-no de volta, sempre dizendo Eçsó, avsó Baba (calma, caha, pai)”. Foi a partir dessa pequena área de culto afro que teve origem o nome que serve como batismo a todo o Vale do Bonocô (DÓREA, 1999, p. 15 – 16).*

Durante a década de 1960 e início da década de 1970, a Baixa do Bonocô ainda era pouca povoada. Nos anos finais da década de 1960, o poder público municipal resolve autorizar o início das obras de construção de uma avenida naquela região. Em 29 de março de 1970, o prefeito da época, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (ACM), edita o decreto municipal n° 3.869 denominando de ‘Mário Leal Ferreira’ a avenida construída no Vale do Bonocô.

Figura 3: Avenida Bonocô década de 1970. Vista sentido vale do Camarajipe (Av. ACM) Pista BR-324/Centro (à esquerda). Canteiro central (rio Campinas). Pista Centro/BR-324 (à direita).



Fonte: Google imagens, 2020.

Com a construção da Avenida, a então Baixa do Bonocô, passou a ser chamada de Vale do Bonocô e oficialmente Avenida Mário Leal Ferreira, desde então, muita coisa mudou. Segundo informações extraídas do Documento base para implementação dos Corredores de Usos Múltiplos das Avenidas de Vale (1983), a Baixa do Bonocô era considerada área de fundo de quintal, com plantações de hortas e um estreito córrego em seu canteiro central, sem valorização econômica e

desprovida de infraestrutura e desenvolvimento. Esse córrego era um pequeno rio que corre sentido Rio Camarajipe, situado no Vale do Camarajipe, atual Av. ACM.

De acordo com Fischer et al. (2010, p. 82), esse córrego era “Outro afluente do Camarajipe, o Rio Campinas (também chamado Bonocô), encontra-se todo canalizado”.

Conforme Relatório final das invasões de: Nova Esperança, Mata Escura e Baixa do Bonocô (1982), é demonstrado como se deu parte do processo das habitações na região, quando relata, a partir dos anos de 1940 surgiram os primeiros registros de ocupações por meio de invasões de áreas não valorizadas e sem infraestrutura pela população de baixa renda no município, que continuou aumentando à medida que a cidade crescia. E neste sentido, parte do povoamento da Baixa do Bonocô inicialmente se deu por esse processo. Muitas famílias de baixa renda passaram a habitar nessa localidade através das invasões dos terrenos. Com o passar dos anos e o aumento gradativo da população na região, os poderes públicos municipais e estaduais, tiveram que adotar medidas de forma a garantir que os serviços de infraestrutura, urbanização e de saneamento básico chegassem àquela nova comunidade.

#### 4.2 DE 1970 A 2015, REGISTROS DAS AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL CONTIDOS NOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS.

Este subitem apresenta o tratamento dos dados e informações levantados no acervo da FMLF, custodiados no setor de Biblioteca.

Dentre a documentação da década de 1970, encontrou-se um diário oficial do município, instrumento utilizado pela administração pública para dar publicidade a seus atos, em que consta o decreto municipal n° 3.869 de 29 de março de 1970, que denominou de “Mário Leal Ferreira” a Avenida construída no Vale do Bonocô entre os anos de 1967 a 1970, conforme ilustra a Figura 4.

Figura 4: Decreto Municipal nº 3.869 de 29 de março de 1970, dispõe sobre nomeação da Avenida Mário Leal Ferreira.

**DECRETO N.º 3.869 DE 29 DE MARÇO DE 1970**

"Denomina Avenida"

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica denominada "Mário Leal Ferreira" a Avenida construída no Vale do Bonocô, no subdistrito de Brotas.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, em 29 de março de 1970.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Prefeito  
LUIS LESSA RIBEIRO — Sec. de Urbanismo e Obras Públicas

155

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

O decreto nº 3.869 se configura como um documento arquivístico representativo para a memória da Avenida Mário Leal Ferreira, como também para memória da cidade de Salvador e do sujeito o qual foi homenageado ao ter seu nome posto nessa importante Avenida. É válido ressaltar que a referida Avenida é conhecida pela população soteropolitana como "Avenida Bonocô", através dos vestígios simbólicos e identitários que permeiam o passado e o presente.

Neves (1998 *apud* Delgado, 2003) compreende que na memória se cruzam passado, presente e futuro, apoiando-se nas dimensões materiais e simbólicas do contexto sociocultural.

Outro documento significativo para memória da Avenida Mário Leal Ferreira é um projeto de engenharia do Vale do Bonocô da década de 1970, contendo duas folhas, onde se visualiza um desenho de toda extensão da Avenida e seus contornos, conforme ilustra a Figura 5.

Figura 5: Levantamento e projeto do Vale do Bonocô, folha 01 (Década de 1970).



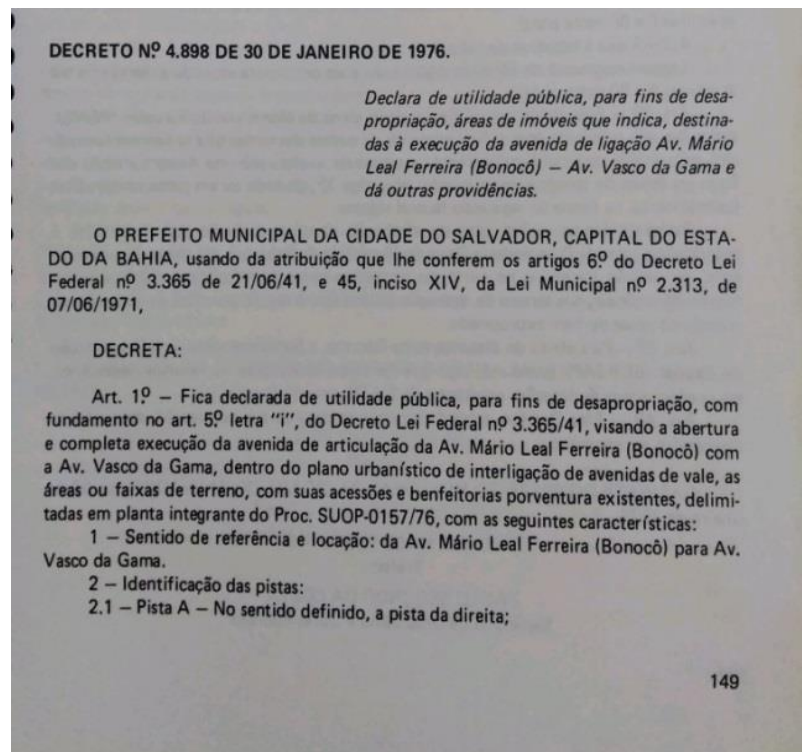
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

A princípio este projeto permite perceber o modelo traçado para a Avenida Mário Leal Ferreira demonstrando todo formato geométrico da via. Porém, não foi possível verificar se o mesmo reflete o desenho original desenvolvido no plano Mário Leal devido à falta de outras informações, até porque ocorreu a fragmentação dos documentos inicialmente elaborados logo após dissolução do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS). Conforme Rousseau e Couture (1998), os documentos de uma administração devem ser agrupados sem se misturarem com outros, preservando seu caráter único em função do contexto de sua produção.

O desenho na planta caracteriza a imagem da Avenida logo após sua construção. Essa evidência também permite inferir que a implantação da Avenida acarretou uma série de mudanças e transformações naquele vale, outrora sem nenhuma valorização ou qualquer aparência de urbanização, dando visibilidade e despertando prováveis interesses econômicos. Ao refletir sobre o documento arquivístico como artefato de memória, nos remete a compreensão de Nora (1993 *apud* Jardim, 1995) sobre o arquivo como estoque material de memória arquivística.

Em 30 de janeiro de 1976, foi publicado o decreto municipal nº 4.898 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação, áreas de imóveis que indica, destinadas a execução da avenida de ligação – Av. Mário Leal Ferreira / Av. Vasco da Gama - e dá outras providências, conforme Figura 6. Ou seja, mais um documento que narra à constituição da Avenida e apresenta indícios de urbanização.

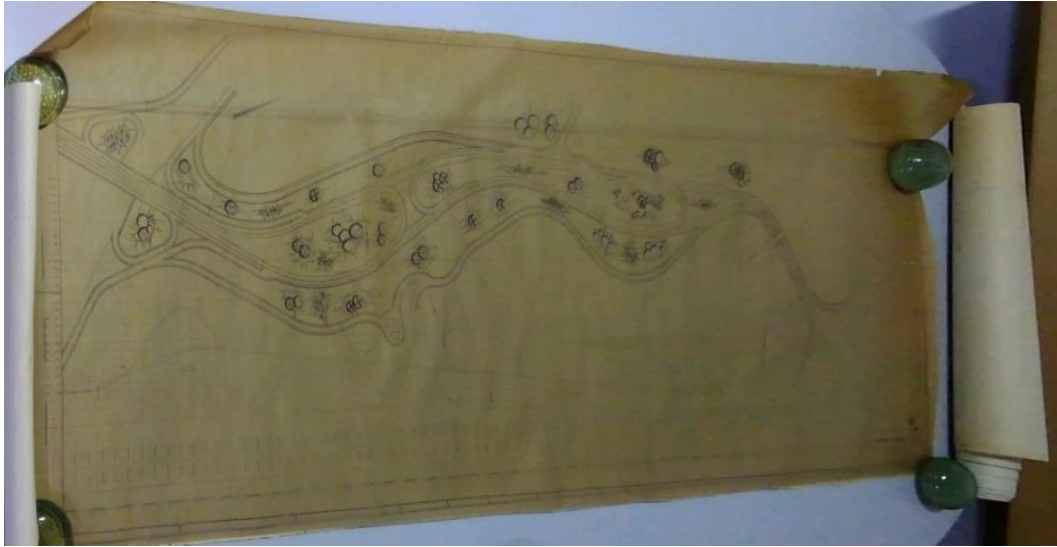
Figura 6: Decreto Municipal nº 4.898 de 30 de janeiro de 1976.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Este decreto além de objetivar a continuidade da execução das obras de construção da Avenida Bonocô, também revela uma das etapas a ser concluída, a criação do trecho que ligaria a Av. Bonocô com a Av. Vasco da Gama. O decreto descreve ainda orientações para execução da obra e medidas dos cálculos constantes no projeto destinado a interligar as duas Avenidas. A imagem da planta baixa da década de 1970, conforme figura 7, representa esse projeto de ligação das avenidas.

Figura 7: Projeto de ligação das Avenidas Bonocô / Vasco da Gama (Década 1970).



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Como citado anteriormente, a implantação da Avenida Bonocô acarretou uma série de mudanças naquela região, dentre as quais afirma-se a ocorrência de desapropriações de imóveis, conforme visto no decreto nº 4.898/76, implicando na saída de pessoas e famílias de maneira não espontânea, mas por um ato administrativo do prefeito, gerando transtornos a essas pessoas e transformando o espaço outrora preenchido pelas edificações particulares, além de impactar na vida da comunidade local. Em virtude dos fatos mencionados, nota-se o valor histórico e probatório dos documentos que vem nesse momento contribuindo para a construção desse contexto, que evoca a memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) contidos nos documentos arquivísticos.

Em 1978, dois (2) anos após publicação desse decreto que desapropriou imóveis para interligar as Avenidas (Bonocô/Vasco da Gama), outras ações dos órgãos municipais voltadas para o desenvolvimento urbanístico da cidade foram encontradas, desta vez em outro documento composto por fotografias aéreas de 1978, das quais identificou-se três fotografias existentes do vale do Bonocô, conforme observa-se nas Figuras 8, 9 e 10.



Figura 8: Vale do Bonocô com vista sentido vale do Camarajipe (atual Av. ACM). Bairro de Cosme de Farias (lado esquerdo). Bairro de Brotas e trecho da Av. Dom João VI (lado direito), 1978.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Figura 9: Vale do Bonocô com vista sentido Centro. Bairro de Cosme de Farias (lado direito). Bairro de Brotas (lado esquerdo), 1978



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Figura 10: Vale do Bonocô visto de Campinas de Brotas sentido Centro, 1978.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Estas imagens fotográficas se constituem documentos arquivísticos pela razão de terem sido produzidas por entidade pública municipal no exercício de suas atividades. Verificando as figuras é possível perceber a forma exata da Avenida juntamente com seus contornos e pontos de estreitamentos e alargamentos das pistas, assemelhando-se com o desenho visto na figura 5, além de outras características como as áreas verdes, os espaços preenchidos com edificações e os acessos existentes para os bairros adjacentes a Avenida.

Essas verificação revela o grande potencial e valor desse tipo de documento que consegue abarcar uma grande quantidade de elementos que o torna diferenciado entre os demais, sendo que muitos outros aspectos podem ser extraídos e trabalhados sob as diversas perspectivas, como por exemplo, sob a ótica dos urbanistas que podem dizer muitas outras coisas, ou até mesmo sob uma perspectiva histórica e assim por diante.

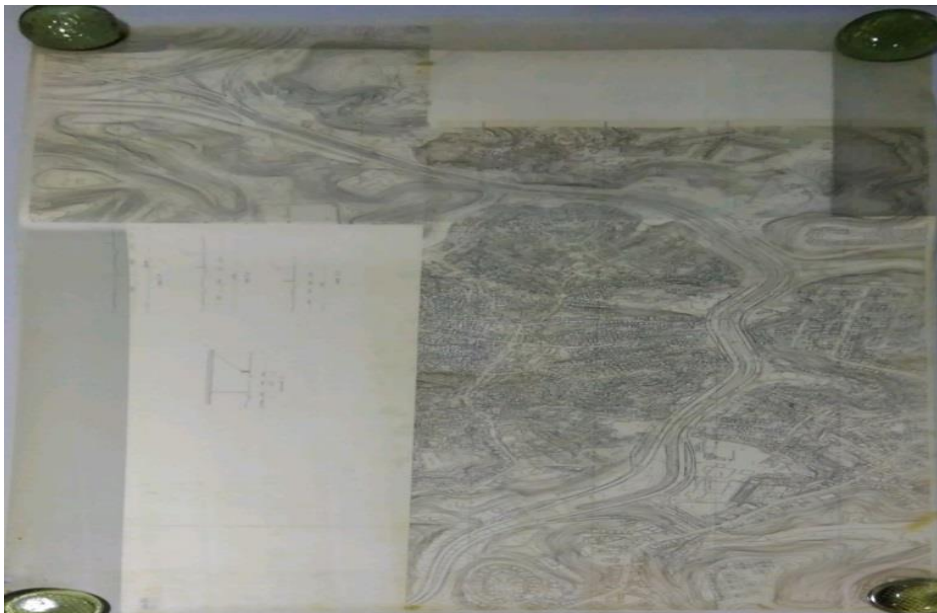
Neste sentido, saliento que o olhar aplicado para essas imagens e demais documentos é sob a perspectiva da Arquivologia, que visa com este trabalho identificar os vestígios de memória da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô).

Após oito (8) anos de criação da Avenida, contados a partir do ano de publicação do decreto que a nomeou em 1970, observa-se nas imagens as

transformações ocorridas na paisagem local. É muito provável que antes da construção da via aquela área era toda arborizada e com muitíssima vegetação, sofrendo um possível desmatamento e desencadeando o desaparecimento de algumas espécies de animais oriundos daquele lugar e um gradativo aumento das edificações.

Adentrando na apresentação e análise dos documentos referentes à década de 1980, apresenta-se um mapa da região datado do ano de 1981, conforme ilustração da Figura 11, que mostra um modelo utilizado à época pelos órgãos de planejamento urbanístico da cidade.

Figura 11: Base cartográfica da Avenida Mário Leal Ferreira, 1981.



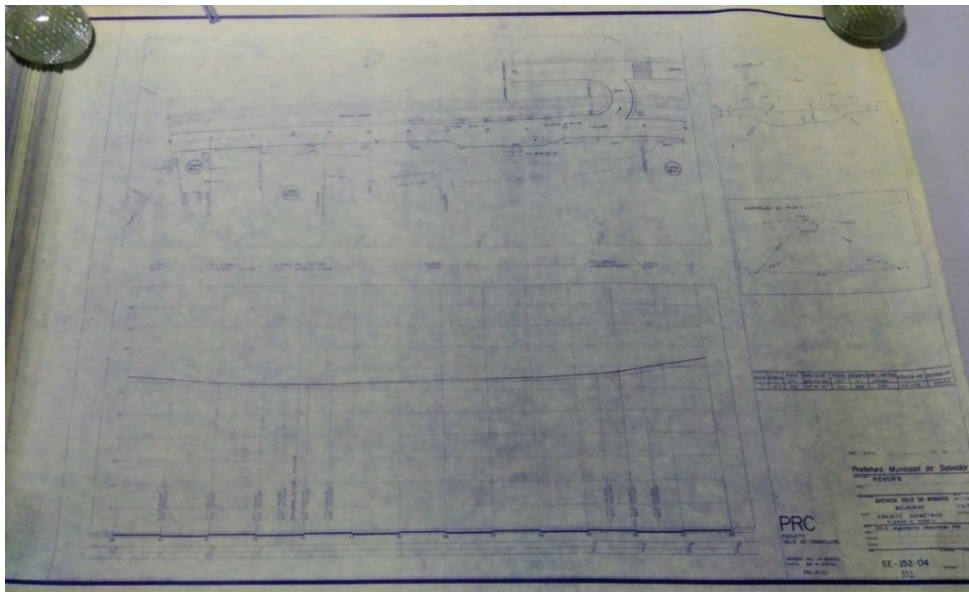
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Essa base cartográfica faz lembrar um pouco o campo de visão observado nas fotografias aéreas das figuras 8, 9 e 10. Este documento subsidiou diversos estudos de planejamento para as intervenções viárias feitas na Avenida. É possível constatar nesse mapa o nome da Avenida em questão, o nome de algumas ruas dos bairros adjacentes, e inclusive nomes de ruas que já não existem por terem sido substituídos por outros nomes. Ver-se também, a presença de alguns estabelecimentos comerciais situados às margens da Avenida. Se comparado com a tecnologia atual, pode-se dizer que é um modelo de imagem disponibilizada pelo Google Maps (serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite disponível na web).

No entanto, este é mais um vestígio de “memória arquivística” (NORA, 1993, p. 15 *apud* JARDIM, 1995, p. 2) da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), evidenciando outro instrumento utilizado pelos órgãos de planejamento urbanístico do município.

Prosseguindo com o levantamento dos dados, encontrou-se um “projeto geométrico da pista BR-324/Centro”, conforme modelo da Figura 12, contendo 23 folhas e com data de 1982. Esse projeto reflete os trabalhos técnicos realizados pelos profissionais ligados à área de engenharia que constantemente estão produzindo este tipo de documento em atendimento as demandas existentes ou criadas. Portanto, é mais um projeto de intervenção viária que altera as medidas e coordenadas geométricas existentes na via naquele momento.

Figura 12: Projeto geométrico: planta e perfil (Pista BR Centro) 1982.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Embora não se faça a leitura e interpretação desta planta de maneira a declarar as informações específicas que a mesma apresenta sobre a execução do projeto, entende-se que esse instrumento nasceu da necessidade de alguma correção ou adequação da pista em virtude de estudos previamente realizados por equipes do setor responsável por essas atribuições, objetivando provavelmente atender alguma demanda específica do momento, ou até mesmo por causa de alguma instabilidade e insegurança verificada na pista, que através de intervenções pode vir a propiciar uma melhoria e boa fluidez do trânsito. Nisto, conforme Rousseau e Couture (1998)

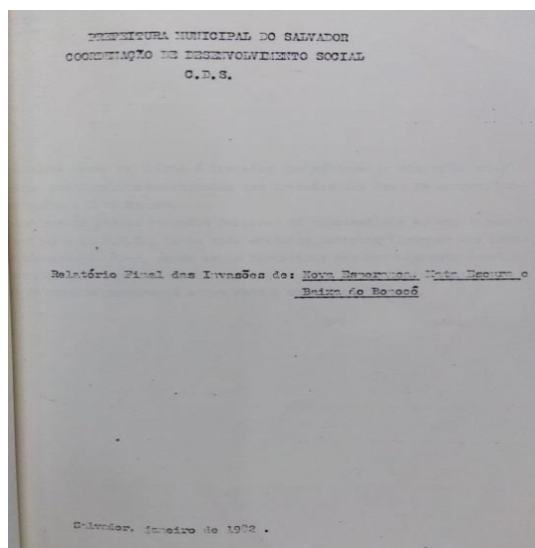
demonstra os valores primário e secundário dos documentos, retratados na teoria arquivística.

Conforme se ver na teoria, os documentos arquivísticos verdadeiramente possuem valores administrativo, fiscal, jurídico, informativo, probatório, histórico e cultural. Nesse momento eles têm subsidiando essa apresentação e análise dos dados possibilitando a criação dessa narrativa e também demonstrando um pouco da memória do planejamento urbanístico da Avenida Mario Leal Ferreira (Bonocô).

Para os documentos apresentados e analisados até então, e alguns outros que ainda estão por vir, conforme classifica a Arquivologia possuem gêneros distintos (textuais, iconográficos e cartográficos), espécies variadas (decretos, relatórios e estudos) e tipos diferentes (decreto de nomeação, relatório de invasão e estudos preliminares), que compõe toda documentação levantada e analisada nessa pesquisa.

Dessa maneira, trago um documento do gênero textual que apresenta informações relevantes para a construção dessa pesquisa, o Relatório das ocupações de áreas invadidas por população de baixa renda de 1982, conforme Figura 13, onde constam um levantamento do perfil socioeconômico destas famílias e um cadastro em programa de moradia.

Figura 13: Relatório final das invasões de: Nova Esperança, Mata Escura e Baixa do Bonocô, 1982.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

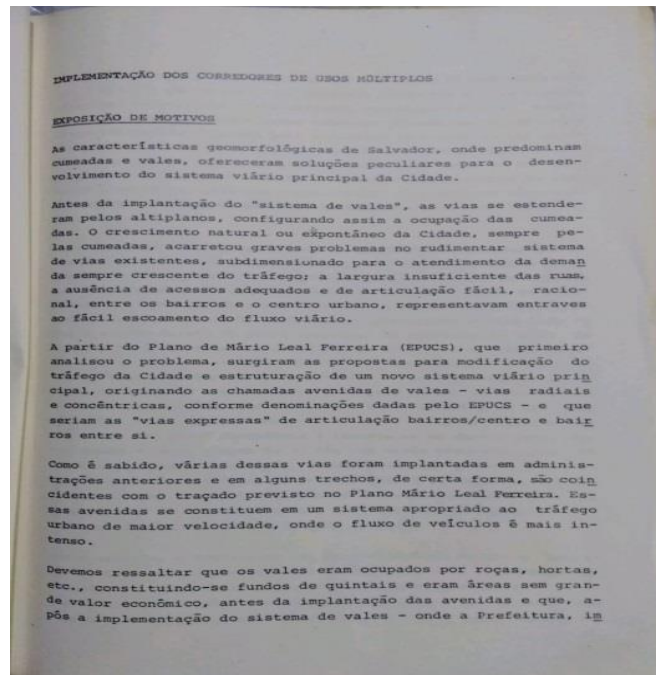
Esse relatório traz um diagnóstico de três áreas periféricas da cidade de Salvador - Nova Esperança, Mata Escura e Baixa do Bonocô. Foram destacados alguns trechos referentes à Baixa do Bonocô contendo informações consideráveis que corroboraram na elaboração do contexto histórico da Avenida.

Um dos fatos intrigantes observados nesse relatório é a parte que diz “o processo de ocupação de determinadas áreas da cidade, pelo ato de invasão, surge na década de 1940”, um fato que daria uma nova pesquisa. Mas dentre as informações coletadas, pode-se concluir que o objetivo nesse relatório era mapear essas áreas, identificar a quantidade de imóveis existentes no perímetro avaliado, verificar a renda mensal dos moradores e cadastrar famílias nos programas de moradia para possíveis ações futuras.

Daí, nota-se que uma das formas de povoamento da Baixa do Bonocô ocorreu pelo processo de invasão das áreas não valorizadas (as ribanceiras e encostas) que topograficamente são muito acidentadas, como já mencionadas em fala anterior.

Em mais um documento, um texto base para implementação dos corredores de usos múltiplos das Avenidas de vale, conforme Figura 14, verificou-se a existência de novos fatos que fortalecem as narrativas criadas até então, e que contribuem na compreensão dos dados aqui apresentados. Este documento, apresenta fatos que antecedem a construção dessas vias, traz a classificação dessas áreas conforme definido em legislação, no sentido de serem áreas residenciais, comerciais, industriais ou de atividades comunais, como também divulga um mapa da localização das principais Avenidas de Vale de Salvador.

Figura 14: Documento base para implementação dos Corredores de Usos Múltiplos das Avenidas de Vale, 1983.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Assim como no relatório de invasões, este documento muito acrescentou no desenvolvimento dessa pesquisa, por conter informações que justificam algumas das ações de desapropriações de imóveis, de estudos realizados envolvendo a população local, da instituição dos primeiros estabelecimentos comerciais e do modelo de classificação da área de acordo com a legislação vigente a época.

Conforme texto do documento, as construções às margens da Avenida estavam sendo feitas sem observância dos critérios técnicos do código de urbanismo e obras do município, que estabelece recuos mínimos da pista de velocidade e da pista marginal (de baixa velocidade), por proprietários de grandes áreas que estavam realizando investimentos de alto custo e também por pequenos proprietários que estavam adaptando imóveis e construindo pequenas instalações para fins comerciais e de serviços. Com isso, compreendem-se algumas das ações de desapropriação de imóveis, da instalação da rede de comércio e serviços na região e o perfil socioeconômico de alguns proprietários das terras locais.

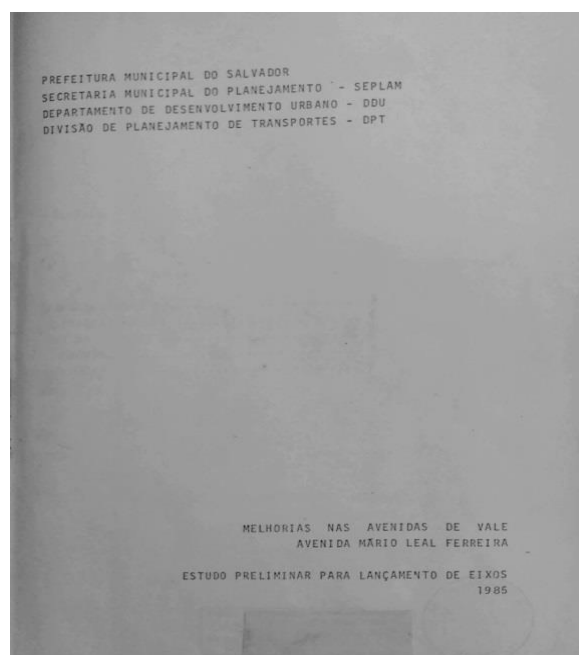
No que se refere ao modelo de classificação de área, o documento base nos diz que, a Avenida Mario Leal Ferreira, é uma área residencial e de atividades comunais (recreativa, cultural e educacional), tendo por base a lei nº 2.403/72, que

dispõe sobre a ocupação e uso do solo. Nisto percebe-se, uma a falta de observância ou desconhecimento da legislação vigente a época pelos donos dos terrenos situados na Avenida, que de forma desordenada iam construindo seus empreendimentos e alterando o modelo de classificação da área estabelecida em lei, citado anteriormente, para área residencial e comercial.

Esta situação também reflete o descaso do poder público municipal em relação a áreas de pouco interesse, que costumeiramente só toma providencias após o fato ocorrido. Assim como já se sabe, o Vale do Bonocô era um lugar desvalorizado e habitado por muitas famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. Com grande parte dos imóveis construídos nas encostas que são consideradas como áreas de risco, ficando comprovado por mais uma vez a falta de atenção dos órgãos do município e a contribuição para a ocorrência dessas dificuldades relatadas no presente documento de implementação dos corredores de usos múltiplos das Avenidas de Vale.

Por último, encerrando essa abordagem com os documentação da década de 1980, trago o 'estudo preliminar' que visa à implantação das vias marginais e disciplinamento da ocupação do solo do ano de 1985, conforme Figura 15, foi verificado e teve seu conteúdo comparado com alguns outros documentos avaliados.

Figura 15: Estudo preliminar para lançamento de eixos (faixas de domínio e vias marginais) na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) 1985.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.



Este estudo preliminar caracteriza-se uma continuidade do programa de melhorias nas Avenidas de Vale, que igualmente ao relatório de invasão e o documento base de implementação dos corredores, foi examinado, agregando mais valor aos fatos difundidos nessa pesquisa e promovendo o alinhamento das ideias.

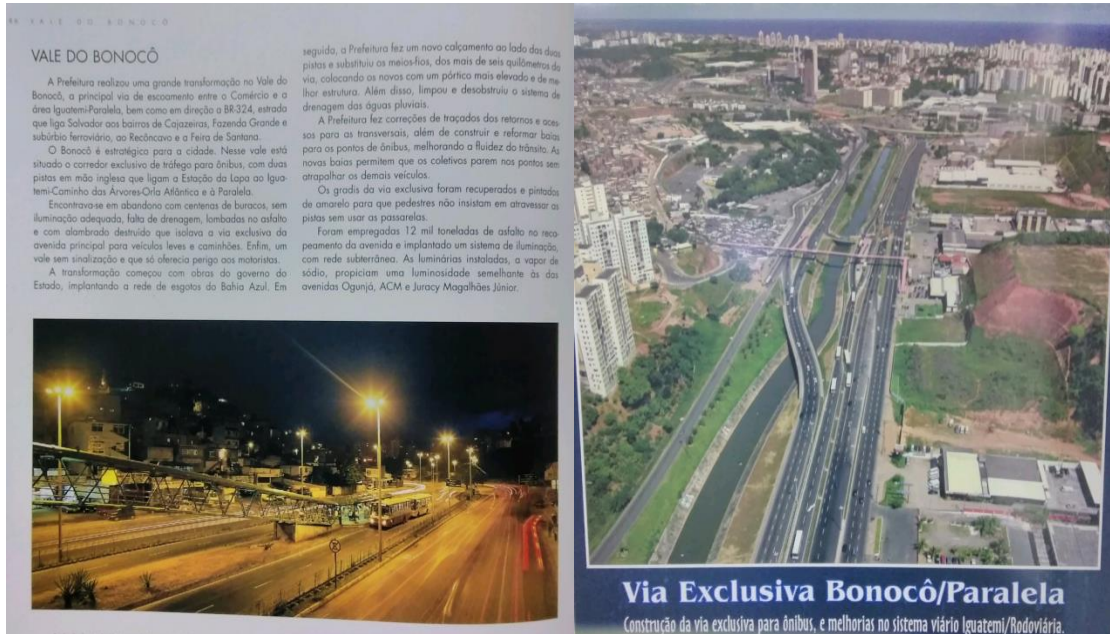
O presente estudo menciona algumas barreiras e dificuldades que prejudicariam a execução do projeto, que visa implantar as melhorias nas Avenidas de vale, barreiras essas como as construções irregulares as margens da Avenida e o crescimento desordenado da ocupação e uso do solo.

Toda essa situação das dificuldades encontradas, conforme já argumentadas, provem do descaso praticado pelo do poder público quando se trata de áreas da periferia da cidade, entretanto, ações preventivas de fiscalização ou até mesmo de orientação a população local, podem ser aplicadas de modo a minimizar esses problemas.

O desenvolvimento econômico-financeiro da região inicialmente não se deu de forma legal, como se sabe, começou por força local dos pequenos e grandes proprietários de terras e das famílias residentes nas encostas que iam fazendo seus investimentos e adaptando seus imóveis para fins comerciais, ao passo que enxergaram a possibilidade de encontrarem naquele espaço seu meio de subsistência e moradia.

Adentrando a década de 1990, inicia-se com algumas imagens retiradas do livro 'Retratos da cidade: Salvador antes - Salvador agora', que faz um apanhado das obras de recuperação e revitalização da zona urbana da cidade ocorrida em 1997, as quais remodelaram a cidade, ordenaram espaços urbanos, devolvendo aos cidadãos as áreas públicas bem cuidadas e criando uma nova fisionomia para Salvador, conforme Figuras 16 e 17:

Figura 16: Requalificação da Via exclusiva para ônibus da Avenida Bonocô. (Década de 1990)



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Figura 17: Trecho da Avenida Bonocô onde se instalou a estação Metrô Brotas em requalificação. (Década de 1990)



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

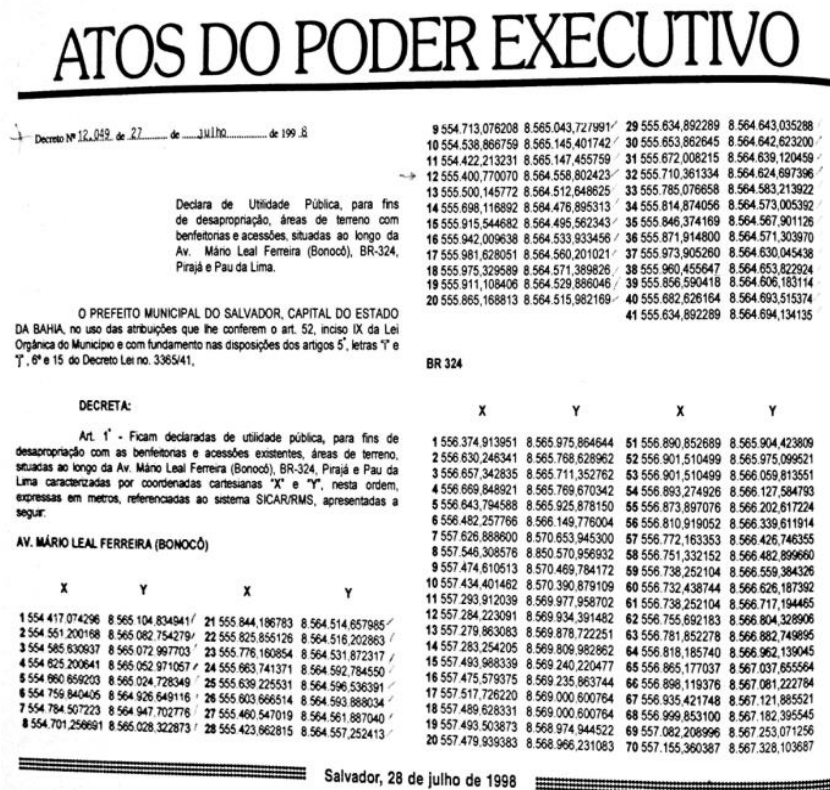
Na década de 1990 a Avenida Mario Leal Ferreira (Bonocô) apresenta outra realidade, um dos motivos se deve as diversas intervenções ocorridas em anos anteriores que a modificaram radicalmente, dando outra cara e novos aspectos.

Observando as figuras 16 e 17, verifica-se um aparente desenvolvimento da região no sentido de uma melhoria na infraestrutura da via, de acesso ao transporte público, da implantação de passarela de pedestre, da criação de uma via exclusiva para ônibus, e obviamente, da instalação de pontos de ônibus.

Embora note-se as mudanças e algumas melhorias na infraestrutura da região, vale lembrar que muitas das vezes é devido as pressões sociais, ou dos interesses políticos, ou até de grupos empresariais que por alguma razão enxergaram ali como ponto estratégico para expandir seus negócios.

No ano de 1998, foi publicado o Decreto Municipal nº 12.049, conforme Figura 18, que trata da desapropriação de área de terreno ao longo da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô).

Figura 18: Decreto Municipal nº 12.049 de 27 de julho de 1998, dispõe sobre desapropriação de áreas ao longo da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), BR-324, Pirajá e Pau da Lima.



A finalidade deste decreto é a desapropriação de áreas. Esse decreto nasceu em virtude de um projeto para implantação do Metrô de Salvador, mais uma obra de inovação no sistema viário da cidade. Nesse período, os responsáveis pelos estudos de mobilidade urbana e transporte em massa, haviam desenvolvidos estudos de viabilidade técnica para implantação desse novo modal de transporte, o sistema metroviário, onde estabeleceu-se a Avenida Bonocô e outras Avenidas, como uma das rotas de trajeto criada para esse novo sistema de transporte público da capital baiana.

O fato disso tudo é que por mais uma vez a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) entraria em processo de transformação devido a esta grande obra de implantação do metrô. Desde então uma série de novos decretos, leis e portarias, foram editados e publicados em razão dessa obra que se iniciaria na cidade. A publicação desses atos pela prefeitura perdurou até os anos de 2015, conforme listagem abaixo, porém, não encontrou-se outros documentos relativos a esta obra de modernização no acervo explorado.

- ✓ Decreto nº 12.240 de 05 de fevereiro de 1999, que altera as coordenadas cartesianas constantes no decreto 12.049 que declarou de utilidade pública para desapropriação áreas de terreno situadas ao longo da Av. Mário Leal Ferreira, BR-324, Pirajá e Pau da Lima.
- ✓ Lei Municipal nº 5.612 de 13 de outubro de 1999. Desafeta área de uso e gozo público, situadas na Avenida Mário Leal Ferreira, que indica, autoriza o Chefe do Executivo Municipal a alienar áreas desafetadas e dá outras providências.

Anos 2000 até 2015.

- ✓ Decreto Municipal nº 12.678 de 31 de maio de 2000 dá nova redação ao artigo 2º do decreto 12.049 de 27 de julho de 1998 que declarou de utilidade pública para efeito de Desapropriação.
- ✓ Decreto Municipal nº 12.997 de 08 de fevereiro de 2001. Incluem coordenadas cartesianas no decreto 12.049/98, alterado pelo decreto 12.240/99, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, área que indica.
- ✓ Decreto Municipal nº 13.200 de 10 de agosto de 2001. Incluem coordenadas cartesianas no decreto 12.049/98, alterado pelos decretos 12.240/99 e 12.997/01 (desapropriação de áreas no Bonocô, Joana Angélica, Barris, Campo da Pólvora).

- ✓ Decreto Municipal nº 14.039 de 29 de novembro de 2002. Torna de utilidade pública para desapropriação terreno localizado na Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô).
- ✓ Decreto Municipal nº 15.222 de 14 de outubro de 2004. Tornam de utilidade pública para desapropriação, terrenos situados na Av. Mario Leal Ferreira, BR-324, Pirajá, Pau Da Lima, Lapa, Barris, Campo da Pólvora e Brotas.
- ✓ Decreto Municipal nº 18.120 de 16 de janeiro de 2008. Incluem Coordenadas Cartesianas no decreto 15.222 de 2004.
- ✓ Decreto Municipal nº 24.725 de 14 de janeiro de 2014. Dispõe sobre providências relacionadas a desapropriações judiciais de imóveis declarados de utilidade pública por meio do Decreto 15.222 de 2004.
- ✓ Portaria SUCOM 70/2015. Concede Licença Ambiental Unificado - LU, válida pelo prazo de 03 (três) anos, à Companhia do Metrô da Bahia, para implantação e funcionamento dos terminais de integração de modais de transportes localizados no Acesso Norte e Avenida Bonocô (BIBLIOTECA DA FMLF, 2020).

Portanto, esses decretos, leis e portarias, foram os últimos documentos encontrados e integrados a essa apresentação que reflete as ações do poder público municipal na Avenida Bonocô, contidos nos documentos arquivísticos do acervo pesquisado.

#### 4.3 DESCRIÇÃO ATUAL DA AVENIDA

De tudo o que foi percebido sobre a Avenida Bonocô, considerando seu histórico e todo processo de transformação sofrido ao longo do tempo e as ponderações feitas nos comentários da narrativa, ver-se-á a seguir, uma breve descrição dos principais aspectos que retratam o cenário atual em que a Avenida se encontra neste primeiro semestre de 2020, caracterizando uma complementação dos dados coletados no acervo da Biblioteca da FMLF.

Ambas as pistas – (BR-324/Centro) e (Centro/BR-324) - possuem quatro (4) faixas de tráfego de veículos, exceto em alguns pontos de estreitamento da pista. Possui um (1) cruzamento de acesso à Avenida General Graça Lessa (Vale do Ogunjá); Dois (2) viadutos - viaduto das Pitangueiras, localizado em frente à estação do Metrô Brotas e viaduto Chico Mendes, que passa por cima do cruzamento de acesso ao Vale do Ogunjá; Dois (2) retornos – um situado no cruzamento de acesso ao Ogunjá que atende aos veículos que trafegam na Pista (BR-324/Centro). O outro cruzamento situado no trecho de ligação com a Avenida Antônio Carlos Magalhães (ACM)), que atende aos veículos que trafegam na pista (Centro/BR-324); Possui acesso direto os bairros de Brotas, Cosme de Farias, Luís Anselmo, Nazaré, Barbalho e mais alguns outros ; Possui quatro (4) passarelas de pedestres; Tem cerca de doze (12) pontos de ônibus distribuídos ao longo de toda Avenida, sendo seis (6) por pista; Duas (2) estações de metrô (Estação Brotas e Estação Bonocô) que integram a linha 1 do sistema metroviário da cidade; Um (1) canteiro central - comportando os trilhos elevados da linha 1 do metrô de Salvador, além de uma pequena área de recreação contendo equipamentos para a prática de atividades esportivas, uma quadra poliesportiva, uma ciclovia, uma pista de cooper e uma pequena praça com banquinhos e mesas de concreto; Por derradeiro, vários estabelecimentos comerciais, igrejas, escolas, órgãos públicos, e imóveis residenciais instalados ao longo das margens de toda Avenida. Ver apêndices com imagens dos itens indicados na descrição. (Descrição nossa)

No momento atual é desse jeito que se encontra a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô). Isso reflete todo processo das ações ocorridas ao longo desses 50 anos, de 1970 a 2020, conforme observado nos documentos apresentados e analisados.

Nesta descrição nota-se a mudança sofrida na classificação da área do Vale do Bonocô, antes considerado área residencial e de atividades comunitárias, tornou-se em área de atividades comerciais e residencial, conforme verifica-se na Lei 9.148 de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador (LOUOS), na seção V: das Zonas Centralidade Linear – ZCL, no artigo 25 e posteriormente no artigo 27.

Art. 25. As Zonas Centralidade Linear – ZCL incidem em terrenos que possuem frentes voltadas para eixos do sistema viário, sendo caracterizadas pela linearidade e pela predominância do uso não residencial, destinadas prioritariamente à localização de atividades típicas de centros e subcentros, admitindo-se também o uso residencial, e subdividindo-se em: I - ZCLMe - Zona Centralidade Linear Metropolitana; II - ZCLMu - Zona Centralidade Linear Municipal. (SALVADOR, 2016)

Esse artigo 25 trata de apresentar essa nova classificação indicando características de tais áreas, conforme estabelecido no zoneamento. A Avenida Bonocô, de fato é evidenciada na redação constante na subseção II: das Zonas Centralidade Linear Municipal – ZCLMu, do artigo 27, que mostra esse novo perfil em que a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) passa a integrar

Art. 27. As Zonas Centralidade Linear Municipal - ZCLMu são porções do território lindeiras às vias estruturais, que fazem a conexão entre bairros, bem como aquelas estruturadas nas imediações dos corredores de transporte coletivo de passageiro de média capacidade, propícias às atividades comerciais diversificadas, de prestação de serviços diversificados, de saúde, de educação, dentre outros, voltados ao atendimento municipal e dos bairros por onde a via passa, admitindo inclusive o uso residencial, classificadas em uma única categoria, em diferentes vias que atravessam bairros da cidade:

- I - Avenida Professor Pinto de Aguiar;
  - II - Avenida Orlando Gomes;
  - III - Estrada da Liberdade;
  - IV - Rua São Marcos;
  - V - Avenida Antônio Carlos Magalhães;
  - VI - Avenida Juracy Magalhães Júnior;
  - VII - Rua Lucaia;
  - VIII - Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô); [...]**
- (SALVADOR, 2016. grifo nosso).

Conforme observou-se na LOUOS do município de Salvador, a modificação ocorrida na classificação da região da Avenida se torna evidente. Essa mudança ocorreu por meio de uma adequação a realidade atual daquilo que a Avenida se tornara. Referenciando um trecho citado anteriormente que relaciona-se com esse fato, destaca-se por mais uma vez, que devido as ações dos pequenos e grandes proprietários de terrenos na década de 1980, que começaram seus investimentos mesmo ainda quando a região era tida como área residencial e de atividades comunais, contribuíram para a construção dessa nova realidade em que o poder público do município se viu na obrigatoriedade de alterar o status de classificação dessa importante área e também em cumprimento da legislação em vigor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar um trabalho de conclusão de curso nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente para discentes de primeira graduação. Com este trabalho não foi diferente, entre as etapas a serem feitas a escolha do tema foi um dos principais desafios.

Esses vestígios documentais muito evidenciaram a respeito de como ocorreu o processo de implantação da Avenida e seu desenvolvimento durante esses anos. Além disso, contribuiu para que se buscasse referências históricas da região, como por exemplo, o nome dado originalmente aquele lugar e o motivo; quem foi a pessoa homenageada ao ter o nome posto na Avenida, e entre outros fatos evidenciados no trabalho.

No entanto, organizar esses fatos foi de suma importância para compreender o contexto apresentado em alguns documentos e da existência da própria Avenida. Consequente, se manifesta o atendimento dos objetivos específicos, que foram: Levantar os documentos provenientes das obras realizadas na Avenida; identificar os vestígios considerados representativos da memória da referida Avenida e Construir uma narrativa que delinear aspectos históricos e memorialísticos, tudo retratado na pesquisa.

Inicialmente a hipótese que se pensou era apenas na ocorrência de diversas intervenções viárias, algumas desapropriações de imóveis, e mudanças na paisagem local. Porém, o resultado foi superior às expectativas. Embora os resultados superassem o que se esperava, é importante salientar que as ações do poder público, sejam em qualquer das instâncias (municipal, estadual ou federal), produzem benefícios e também malefícios, a depender das circunstâncias do momento.

Os resultados alcançados evidenciaram que os documentos provenientes das obras da Avenida Bonocô, que compõem o acervo da Fundação Mário Leal Ferreira, são capazes de narrar fatos históricos e memorialístico da referida Avenida. Ou seja, os documentos arquivísticos possibilitam a constituição de uma dada memória, como é o caso dos documentos referentes às obras da Avenida Bonocô.

Considerando o fato de poder usar arquivos de engenharia na criação dessa narrativa memorialística, demonstra outra forma de utilização desse tipo de documentação. Paes (2004) salienta que arquivos de Engenharia, também são conhecidos como “arquivos técnicos”.



Portanto, espera-se com esta pesquisa dar visibilidade aos vestígios memorialísticos contidos nesses documentos. Espera-se ainda, que esta produção textual desperte novos interesses em se produzir trabalhos mais abrangentes envolvendo os arquivos técnicos de Engenharia, e que possa subsidiar a construção de novas ideias de modo a evidenciar os valores implícitos nesses documentos.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria do Carmo. **Xangô**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/xango/#:~:text=Orix%C3%A1%20%C3%A9%20uma%20designa%C3%A7%C3%A3o%20gen%C3%A9rica,incorporadas%20por%20outras%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20religiosas.>>. Acesso em: 10 de Abr. 2020.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Disponível em: <[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf)>. Acesso em: 19 de Mar. 2020.
- ÁVILA, Rodrigo Fortes de. **Além do que se vê: o uso e pós-uso da informação orgânica arquivística**. Dissertação de metrado, Unb. 2011. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/documents/10157/3557815/2011\\_RodrigoFortesdeAvila.pdf/a976f818-f7cc-455c-abe4-7500354cb0f8](http://www.tst.jus.br/documents/10157/3557815/2011_RodrigoFortesdeAvila.pdf/a976f818-f7cc-455c-abe4-7500354cb0f8)>. Acesso em: 24 de Mar. 2020.
- AZAMBUJA, Márcio passos de. **Uma visada sobre a presença dos orixás em João do Rio, Mário de Andrade e Jorge Amado**. Monografia, UFRS. 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29193/000775745.pdf>>. Acesso em: 10 de Abr. 2020.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística objetos, princípios e rumos**. São Paulo Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BORGES, Ivi. **7 Funções Arquivísticas**. Blog Arquivo Secreto, p. 02. UnB, 1º semestre, 2013. Disponível em: <<https://arquivosecreto.blogspot.com/2013/06/7-funcoes-arquivisticas-por-ivi-borges.html>>. Acesso em: 21 de Mar. 2013.
- BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a **regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo**, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em: 21 de Mar. 2020.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a **política nacional de arquivos públicos e privados** e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)>. Acesso em: 25 de Mar. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o **Código de Trânsito Brasileiro**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 set. 1997. Seção 1, p. 21201. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm)>. Acesso em: 10 de Fev. 2020.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura arquivística à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/ISBN9788579834868.pdf>>. Acesso em: 21 de Mar. 2020.

CAMPOS, Osvaldo. **Quem Pensou a Salvador do Futuro?** Mário Leal Ferreira. Blog do Osvaldo Campos, abril de 2009. Disponível em: <[http://osvaldocampos.blogspot.com.br/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuro-mario\\_13.html](http://osvaldocampos.blogspot.com.br/2009/04/quem-pensou-salvador-do-futuro-mario_13.html)>. Acesso em: 24 de Fev. 2020.

CANDOMBLÉ É PARA TODOS. **Igunnuko**. Blog Candomblé é para todos. 2013. Disponível em: <<https://candombles.blogspot.com/2013/10/igunnuko.html>>. Acesso em: 06 de Abr. 2020.

DA COSTA, Paulo Segundo. Salvador: **De Luiz Dias a Mário Leal Ferreira**, Revista VeraCidade – Ano VII - Nº 07 – outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v7/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: 24 de Fev. 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. História oral, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+oral+e+narrativa%3A+tempo%2C+mem%C3%B3ria+e+identidades&btnG=>](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+oral+e+narrativa%3A+tempo%2C+mem%C3%B3ria+e+identidades&btnG=>)>. Acesso em: 29 de Abr. 2020.

DÓREA, Luiz Eduardo. **Os nomes das ruas contam histórias**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Aurélio Digital, c2010 by Regis LTDA. 5ª ed. Positivo, 2010. Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/dicionarios/aplicativo-aurelio-digital/>>. Acesso em: 29 de Abr. 2020.

FERNANDES, Luciane Alves; GOMES, José Mário Matsumura. **Relatórios de pesquisa nas ciências sociais: características e modalidades de investigação**. Contexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 1º semestre 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11638/6840>>. Acesso em: 21 de Mar. 2020.

FISCHER, Tânia et al. **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: ciags/ufba, 2010. Disponível em: <[http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/ph182/pdf/livros/caminho\\_aguas.pdf](http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/ph182/pdf/livros/caminho_aguas.pdf)>. Acesso em: 10 de Abr. 2020.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. In. Site: **Regimento Interno**, c2019. Disponível em: <[http://fmlf.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&catid=2&Itemid=101](http://fmlf.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&catid=2&Itemid=101)>. Acesso em: 23 de Fev. 2020.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 3.869 de 29 de março de 1970.** Fica denominada Avenida Mário Leal Ferreira a avenida construída no vale do Bonocô, no Subdistrito de Brotas. In: Leis, Decretos e Portarias de 1970. Salvador: Mensageiro da Fé, 1971. p. 155.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 4.898 de 30 de janeiro de 1976.** In: Leis e Decretos 1976. Salvador: Bureau, 1977. p. 149-150.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 12.049 de 27 de Julho de 1998.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.10, n.2287, p. 2-3, 28 jul. 1998.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 12.240 de 05 de Fevereiro de 1999.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.12, n.2417, p. 5-6, 08 fev. 1999.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 12.678 de 31 de maio de 2000.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.12, n.2.736, p. 5, 01 jun. 2000.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 12.997 de 08 de Fevereiro de 2001.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.14, n.2.907, p. 4, 09 fev. 2001.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 13.200 de 10 de agosto de 2001.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.14, n.3.028, p. 7, 13 ago. 2001.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 14.039 de 29 de novembro de 2002.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.16, n.3.347, p. 2, 30 nov. - 02 dez. 2002.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 15.222 de 14 de outubro de 2004.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.17, n.3.797, 15 out. 2004.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 18.120 de 16 de janeiro de 2008.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.21, n.5.578, p. 4, 17 jan. 2008.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Decreto nº 24.725 de 14 de janeiro de 2014.** Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.27, n.6.017, p. 5, 15 jan. 2014.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Lei Municipal nº 5.612, de 13 de outubro de 1999.** Diário Oficial do Município, Salvador, BA, 14 de outubro de 1999, p. 2.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. **Portaria SUCOM 70/2015**. Diário Oficial do Município, Salvador: PMS, v.28, n.6.303, p. 10, 21 a 23 mar. 2015.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. DMER. **Levantamento e projeto do Vale do Bonocô**. Salvador: [s.n.], [s.d]. 2 plantas. Escala 1:1.000.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Superintendência de Urbanização da Capital. **Ligação Bonocô - Vasco da Gama**. Salvador: [s.n.], [s.d]. 1 planta em sépia. Esc. 1:500.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. Brotas: **fotografias aéreas. Fot. 08 - Vale do Bonocô / Avenida Dom João VI, Fot. 11 - Alto de Campina / Vale do Bonocô, Fot. 12 - Vale do Bonocô**. Salvador: [s.n.], [1978]. 23 fot., p&b. tam.0,18x0,24cm.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. **Base cartográfica SICAR (1976) da Avenida Mário Leal Ferreira**. Salvador: [s.n.], 1981. 1f. or. em cronaflex. Tam. 1,39x0,75cm. Escala 1:2.000.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Companhia de Renovação Urbana. **Projeto Vale do Camurujipe: Avenida Vale do Bonocô- projeto geométrico**. Salvador: [s.n.], 1982. 23 f. or em heliográfica. Tam. 0,85x0,61cm. Esc. horizontal 1:500, vertical 1:50.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Coordenação de Desenvolvimento Social. **Relatório anual de atividades**. Salvador: [s.n.], 1983.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Órgão Central de Planejamento. **Implementação dos corredores de usos múltiplos**. Salvador: [s.n.], 1983. Documento em cópia, n.p + planta em anexo.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. SEPLAM. **Melhorias nas avenidas de vale: Av. Mario Leal Ferreira - estudo preliminar e eixos**. [s.l.]: [s.n.], 1985. 0 p.

FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. Biblioteca da FMLF. SALVADOR. Secretaria de Comunicação Social. **Retratos da cidade: Salvador antes - Salvador agora**. Salvador: Bigraf, 1998. 111 p. il.fotografias p&b e color.

GOOGLE IMAGENS. **Avenida Mário Leal Ferreira**. Salvador,Bahia.

GÓIS, Ana. **Vale do Bonocô (Avenida Mário Leal Ferreira)**. Blog: Mais de Salvador, 2011. Disponível em: <<http://maisdesalvador.blogspot.com/2011/10/vale-do-bonoco-avenida-mario-leal.html#comment-form>>. Acesso em: 06 de Abr. 2020.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Revista Ibict, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>>. Acesso em: 05 de Maio, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PRADE, Aline Marcia; PEREZ, Carlos Blaya. **A importância da gestão documental no contexto do acesso aos documentos e difusão dos arquivos**. ÁGORA: Arquivologia em debate, v. 27, n. 54, p. 226-253, 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/626/0>>. Acesso em: 21 de Mar. 2020.

RIBAS, Elisabete Marin; ESCOREL, Laura. **Os arquivos pessoais de Gilda de Mello e Souza e Antônio Candido**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 76, p. 275-289, ago. 2020. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/173643>>. Acesso em: 20 de Mar. 2020.

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. **A teoria dos arquivos e a gestão de documentos**. Perspectivas em ciência da informação, v. 11, n. 1, p. 102-117, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362006000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362006000100009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 20 de Mar. 2020.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal, Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SALVADOR, **Lei nº 9.069 de 30 de junho de 2016** – Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/pddu/>>. Acesso em: 03 de Abr. 2020.

SALVADOR, **Lei nº 9.148 /2016** - Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalbuossancionada.pdf> >. Acesso em: 12 de Maio, 2020.

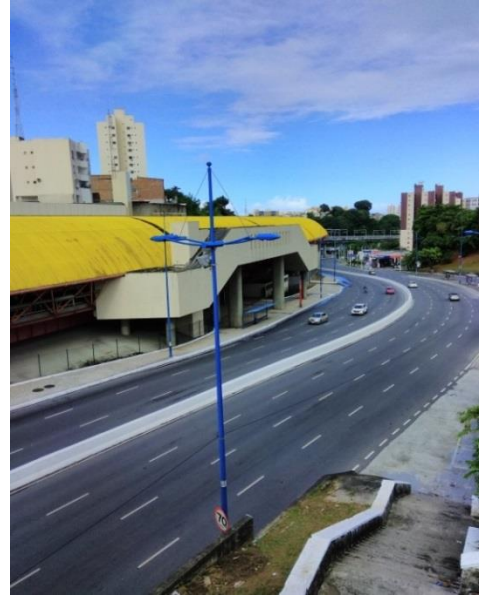
TECNOLEGIS. **Teoria Arquivística Princípios e Conceitos**. Programa do concurso para técnico judiciário área administrativa – FCC. TRE - Acre – 2010, c2010-2020. Disponível em: <<https://www.tecnolegis.com/estudo-dirigido/tecnico-judiciario-tre-acre/programa.html>>. Acesso em: 26 de Mar. 2020.

WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre. **Egungun**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Egungun>>. Acesso em: 06 de Abr. 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Estações do Metrô linha 1.

Estação Metrô Brotas.



Fonte: Autor, 2020.

Estação Metrô Bonocô.



Fonte: Autor, 2020.

## APÊNDICE B – Cruzamento da via.

Acesso a Av. General Graça Lessa (Vale do Ogunjá) e retornos.



Fonte: Autor, 2020.



APÊNDICE C – Viaduto Chico Mendes.



Fonte: Autor, 2020.



Fonte: Autor, 2020.

APÊNDICE D – Passarela de pedestres.



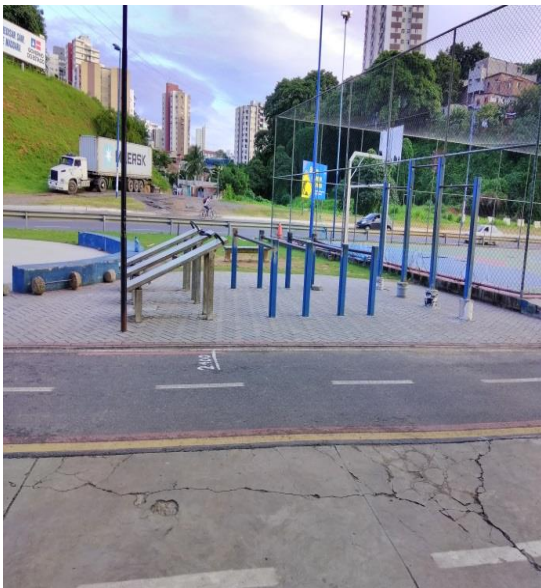
Fonte: Autor, 2020.

## APÊNDICE E – Canteiro Central da Avenida.

Aproveitado com instalação de quadra Poliesportiva, pista de Cooper, ciclovia, pequena praça e equipamentos.



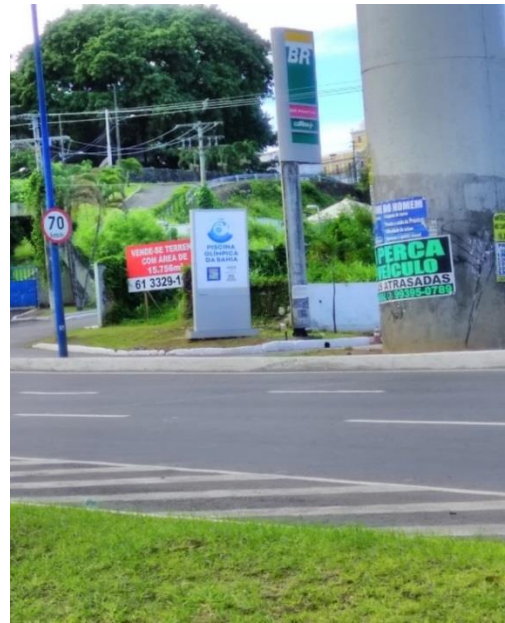
Fonte: Autor, 2020.



Fonte: Autor, 2020.

## APÊNDICE F – Sede de Órgãos Públicos.

Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e Piscina Olímpica de Esportes.



Fonte: Autor, 2020.

CODESAL; CRAS; Secretaria da Cidade Sustentável e Inovação; Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente.



Fonte: Autor, 2020.

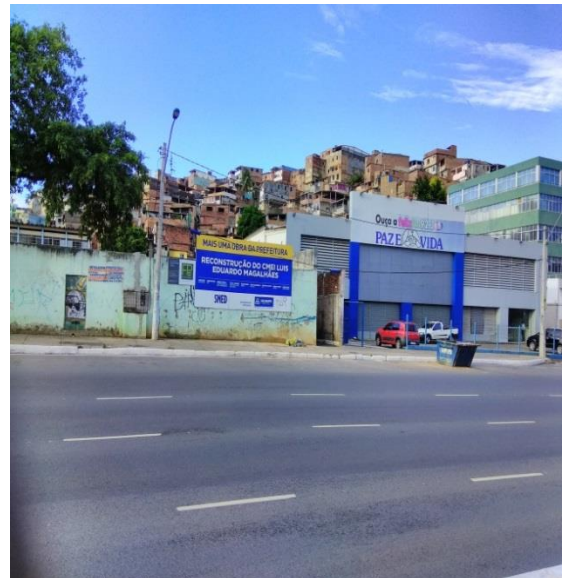
## APÊNDICE G – Escolas, Igrejas e Creche.

Colégio Estadual João Pedro dos Santos e Creche Luís Eduardo Magalhães.



Fonte: Autor, 2020.

Escola da Bíblia e Comunidade Cristã Paz e Vida.



Fonte: Autor, 2020.

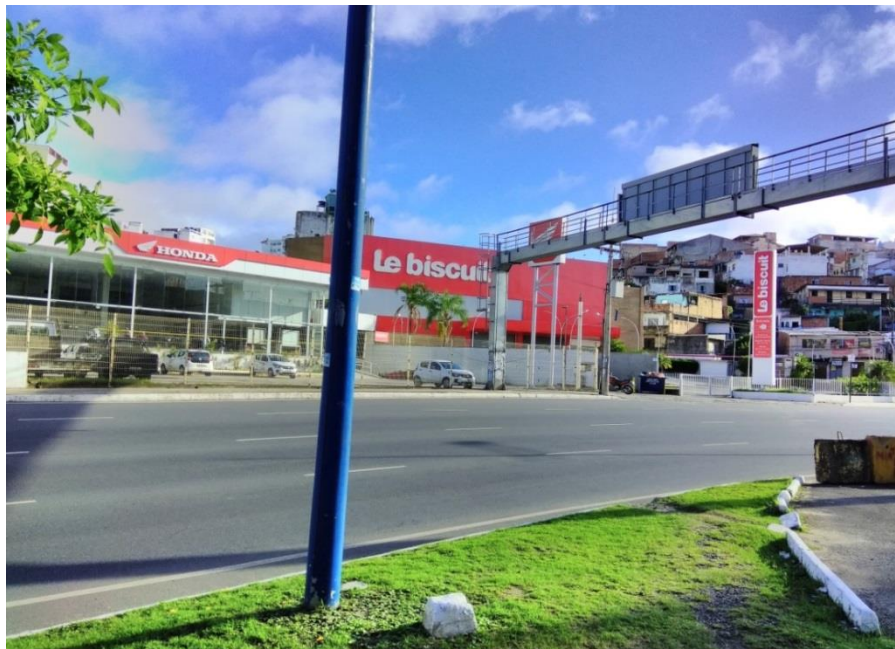
## APÊNDICE H – Estabelecimentos Comerciais.

### Mercado e Posto de Combustível.



Fonte: Autor, 2020.

### Concessionária de veículos duas rodas e Loja de Variedades.



Fonte: Autor, 2020.

**ANEXOS**

ANEXO A – Decreto Municipal n° 3.869 de 29 de março de 1970, dispõe sobre nomeação da Avenida Mário Leal Ferreira.

**DECRETO N.º 3.869 DE 29 DE MARÇO DE 1970**

“Denomina Avenida”

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica denominada “Mário Leal Ferreira” a Avenida construída no Vale do Bonocô, no subdistrito de Brotas.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

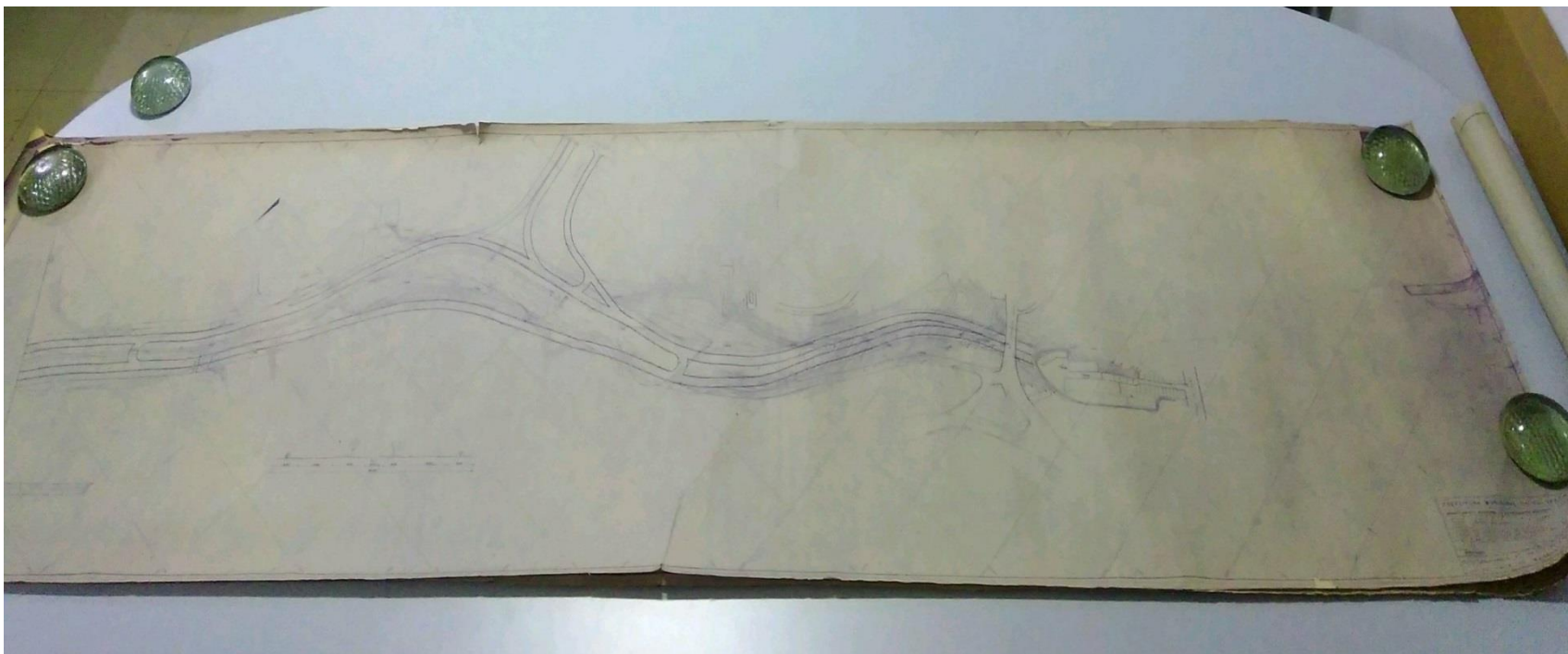
GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, em 29 de março de 1970.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES — Prefeito  
LUÍS LESSA RIBEIRO — Sec. de Urbanismo e Obras Públicas

155

ANEXO B - Levantamento e projeto do Vale do Bonocô. (Década de 1970)

Folha 01. Pistas (BR-324/Centro) e (Centro/BR-324). Acessos a Av. General Graça Lessa (Vale do Ogunjá) e Rua Rodolfo Pimentel.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.



Folha 02. Ligação Bonocô / Av. ACM.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Legenda do projeto.

| PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR                     |                         |        |          |
|--|-------------------------|--------|----------|
| DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DMER |                         |        |          |
| ESTUDO   | <i>Antonio Luz Lima</i> |        | ARQUIVO: |
| PROJETO  |                         |        |          |
| CÁLCULO  |                         |        |          |
| LEVANTADO POR  | ALMIR NUNO DE SOUZA     |        |          |
| DESENHO DE   | ALMIR NUNO DE SOUZA     |        |          |
| CÓPIA DE   | JOÃO LUCIANO R. NETO    |        | D. E. C. |
| VISTO  |                         |        |          |
| APROVADO   |                         |        | REGISTRO |
| ESCALA   | LEVANTAMENTO E PROJETO  | FÔLHA  | 2        |
| 1:1000   | DO VALE DO BONÔCO       | PLANTA |          |

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## ANEXOC - Decreto Municipal nº 4.898 de 30 de janeiro de 1976.

**DECRETO Nº 4.898 DE 30 DE JANEIRO DE 1976.**

*Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de imóveis que indica, destinadas à execução da avenida de ligação Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) – Av. Vasco da Gama e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, usando da atribuição que lhe conferem os artigos 6º do Decreto Lei Federal nº 3.365 de 21/06/41, e 45, inciso XIV, da Lei Municipal nº 2.313, de 07/06/1971,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, com fundamento no art. 5º letra “i”, do Decreto Lei Federal nº 3.365/41, visando a abertura e completa execução da avenida de articulação da Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) com a Av. Vasco da Gama, dentro do plano urbanístico de interligação de avenidas de vale, as áreas ou faixas de terreno, com suas acessões e benfeitorias porventura existentes, delimitadas em planta integrante do Proc. SUOP-0157/76, com as seguintes características:

1 – Sentido de referência e locação: da Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô) para Av. Vasco da Gama.

2 – Identificação das pistas:

2.1 – Pista A – No sentido definido, a pista da direita;

Continuação do decreto.

2.2 – Pista B – No sentido referido, pista da esquerda.

3 – Sentido dos estaqueamentos das pistas: da Av. Mário Leal Fêrreira (Av. Bonocô) para a Av. Vasco da Gama.

4 – Faixas a serem desapropriadas:

4.1 – Faixa Central:

Localizada entre os eixos das pistas A e B, cujos segmentos têm largura variável, de acordo com as áreas das pistas e com as seguintes variações de largura, referidas ao estaqueamento da pista A.

4.1.1 – Segmentos da faixa central:

1º) – Com 100,00 m de largura na estaca 0 reduzindo gradativamente até 14,00 m na estaca 6;

2º) – Das estacas 6 à 12, largura constante de 14,00 m;

3º) – Da estaca 12 à estaca 28, largura variável, crescendo de 14,00 m a 80,00 m;

4º) – Da estaca 28 à estaca 40, decrescendo de 80,00 m para 32,00 m;

5º) – Da estaca 40 à estaca 60, de largura variável, crescendo de 32,00 m a 95,00 m;

6º) – Da estaca 60 à estaca 80, de largura variável decrescendo de 95,00 m a 16,00 m.

4.2 – Faixa à direita da pista A:

Largura constante de 50,00 m a partir do eixo desta pista em toda extensão, (entre as estacas 0 e 80 desta pista).

4.3 – Faixa à esquerda da pista B:

Largura constante de 50,00 m a partir do eixo desta pista em toda extensão (entre as estacas 0 e 80 desta pista).

Art. 2º – Fica autorizada a Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS), assim lhe seja solicitada com o fornecimento de outros elementos que se tornem necessários pelo órgão municipal competente, a promover a efetivação da desapropriação das áreas ou faixas de terrenos, mencionadas no artigo 1º, no todo ou em parte, amigável ou judicialmente, na forma da legislação federal vigente.

Parágrafo Único – Em caso de efetivação da desapropriação por via judicial, é autorizada a referida Procuradoria Geral do Município do Salvador, em nome da expropriante, na petição inicial ou no curso do respectivo processo, a solicitar a aplicação do regime de urgência, nos termos da legislação federal que o regula, para fins de obtenção de imissão na posse do bem expropriado.

Art. 3º – Para efeito do disposto neste Decreto, a Superintendência de Urbanização da Capital (SURCAP) fornecerá, logo que lhe sejam solicitados, os recursos necessários, em conformidade às dotações constantes da Lei Orçamentária em vigor.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA CIDADE DO SALVADOR, em 30 de janeiro de 1976.

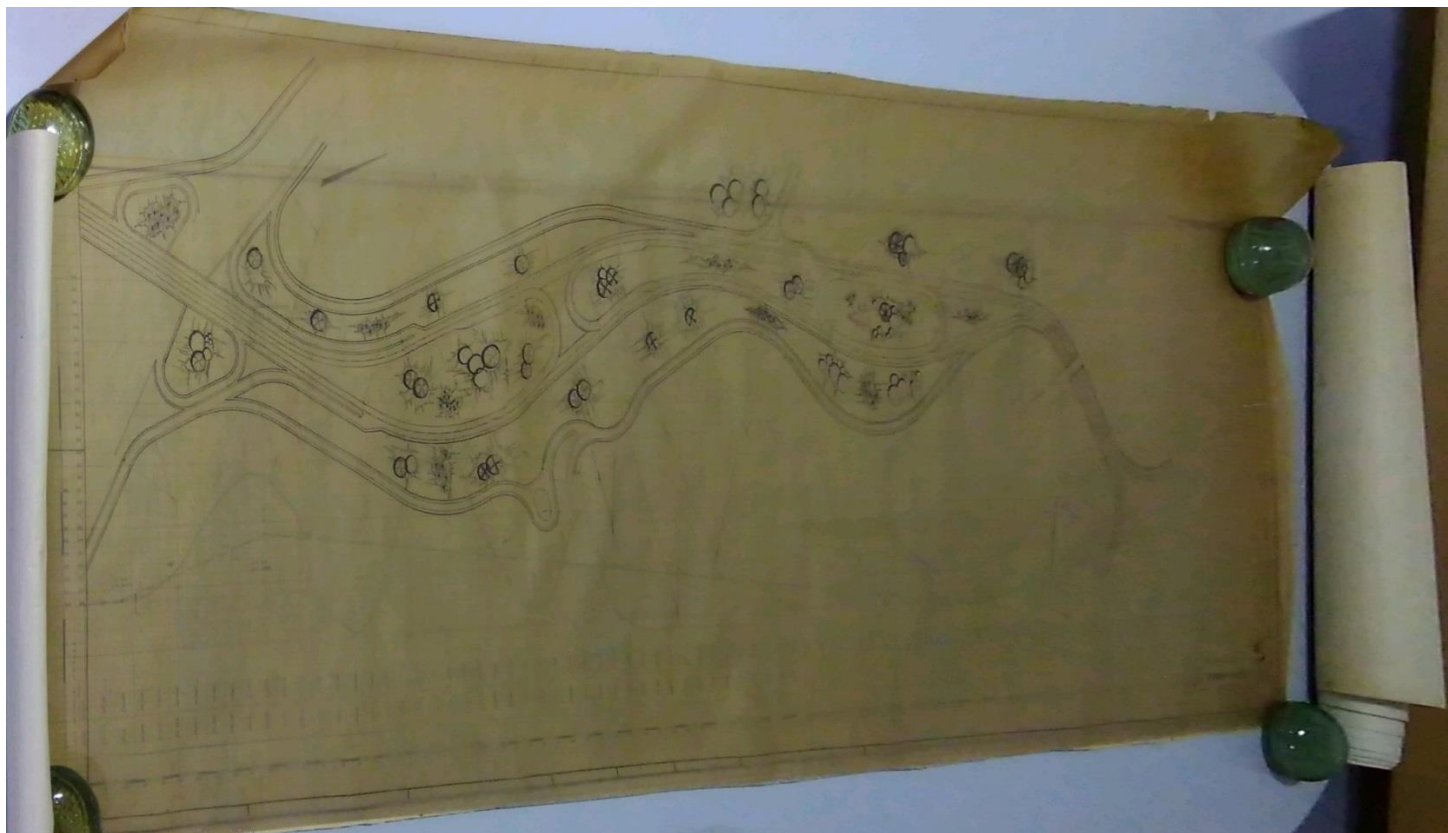
JORGE HAGE SOBRINHO

Prefeito

PAULO SEGUNDO DA COSTA

Secretário de Urbanismo e Obras Públicas

ANEXO D - Projeto de ligação das Avenidas Bonocô e Vasco da Gama. (Década de 1970)



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

ANEXO E - Fotografias aéreas do Vale do Bonocô, 1978.

Vale do Bonocô com vista sentido Vale do Camarajipe (atual Av. ACM). Bairro de Cosme de Farias (lado esquerdo). Bairro de Brotas e trecho da Av. Dom João VI (lado direito).



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Vale do Bonocô com vista sentido Centro. Bairro de Cosme de Farias (lado direito). Bairro de Brotas (lado esquerdo), 1978.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

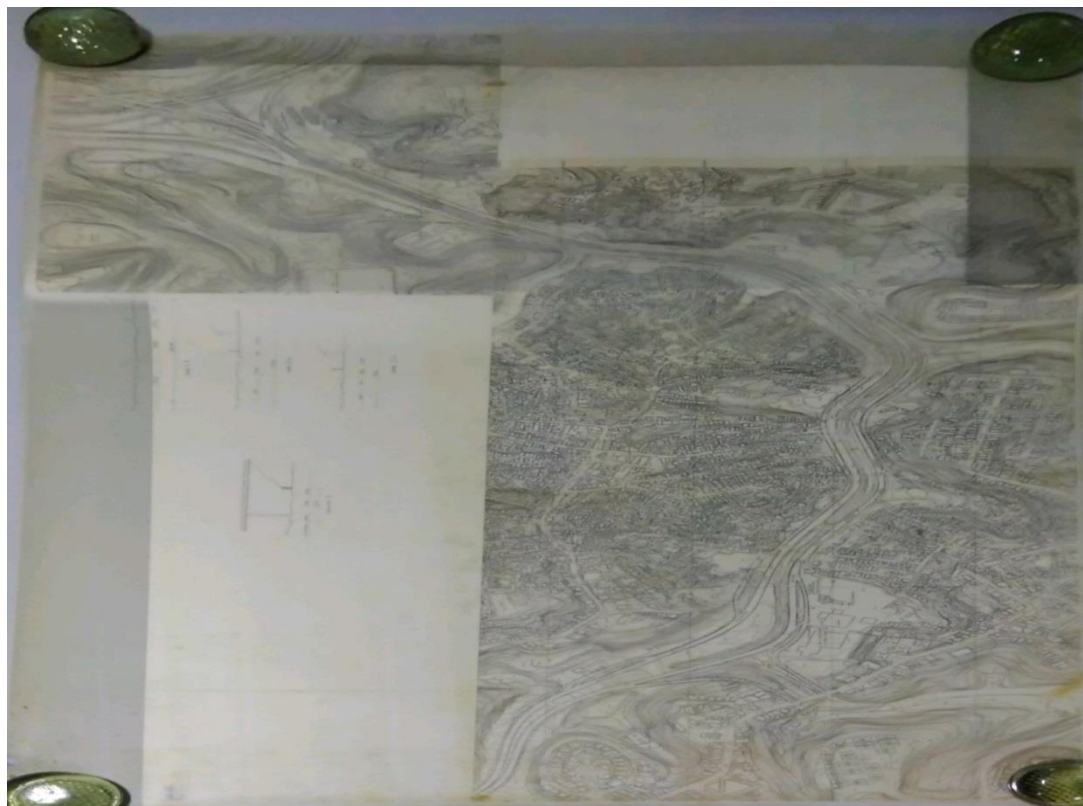
Vale do Bonocô visto de Campinas de Brotas, 1978.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

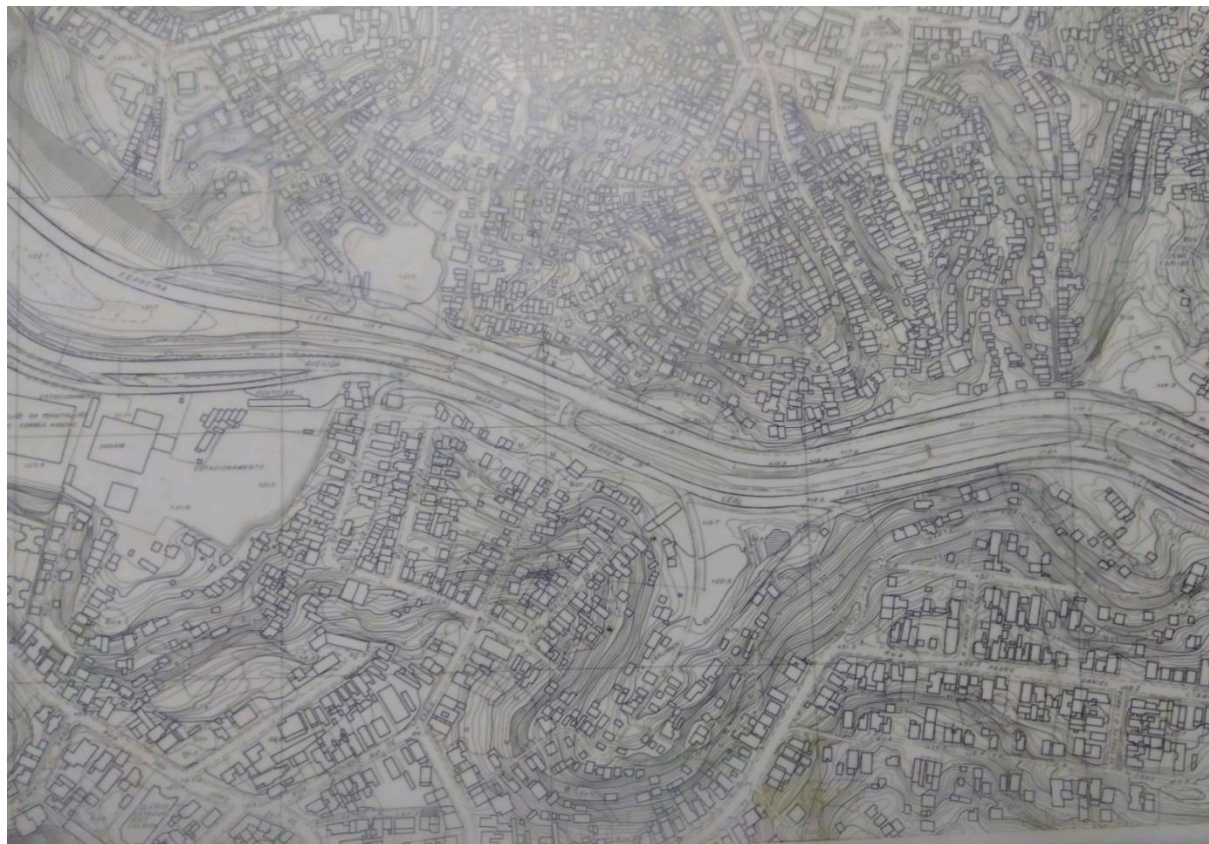


ANEXO F - Base cartográfica da Avenida Mário Leal Ferreira, 1981.



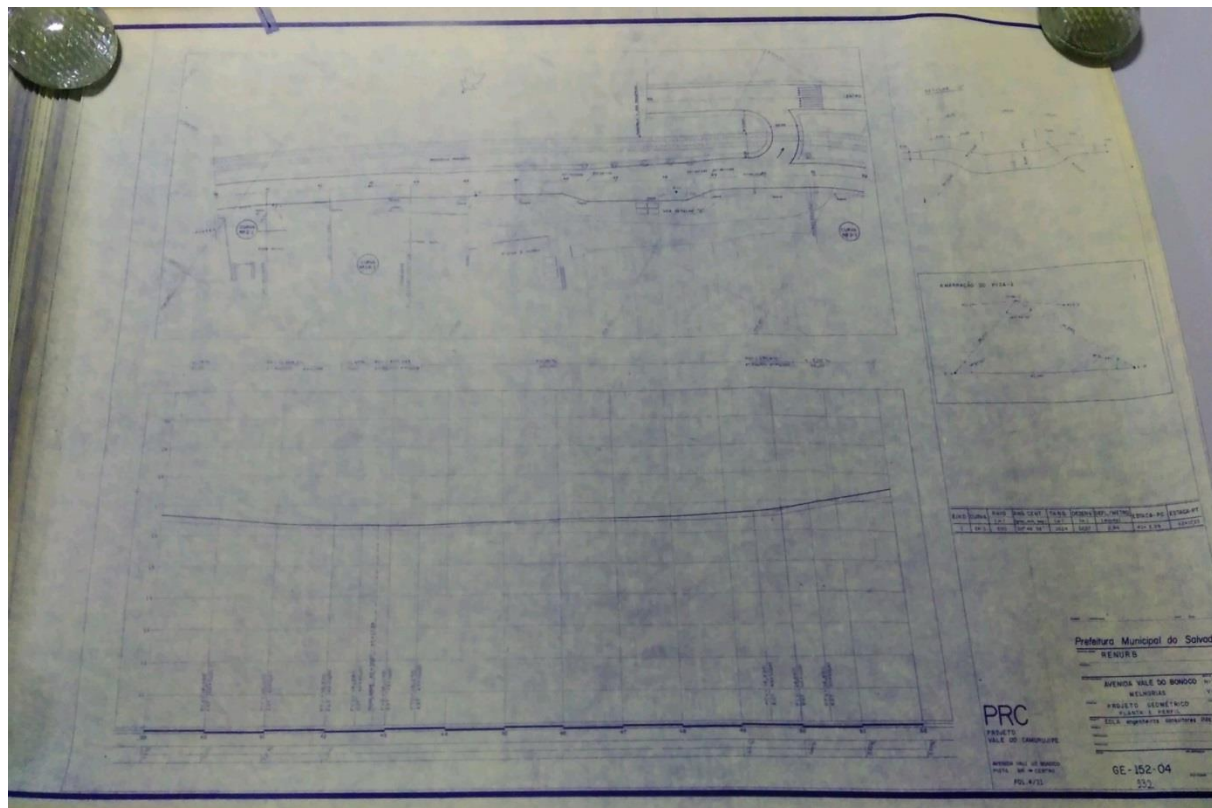
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Recorte da área central da base cartográfica.



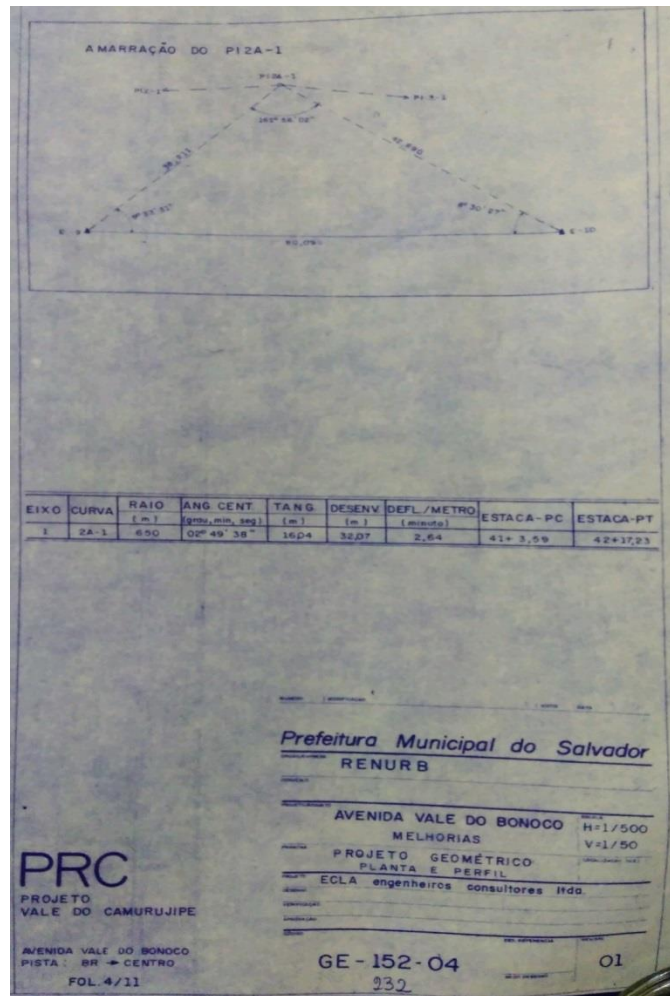
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## ANEXO G - Projeto geométrico: planta e perfil (Pista BR Centro) 1982.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

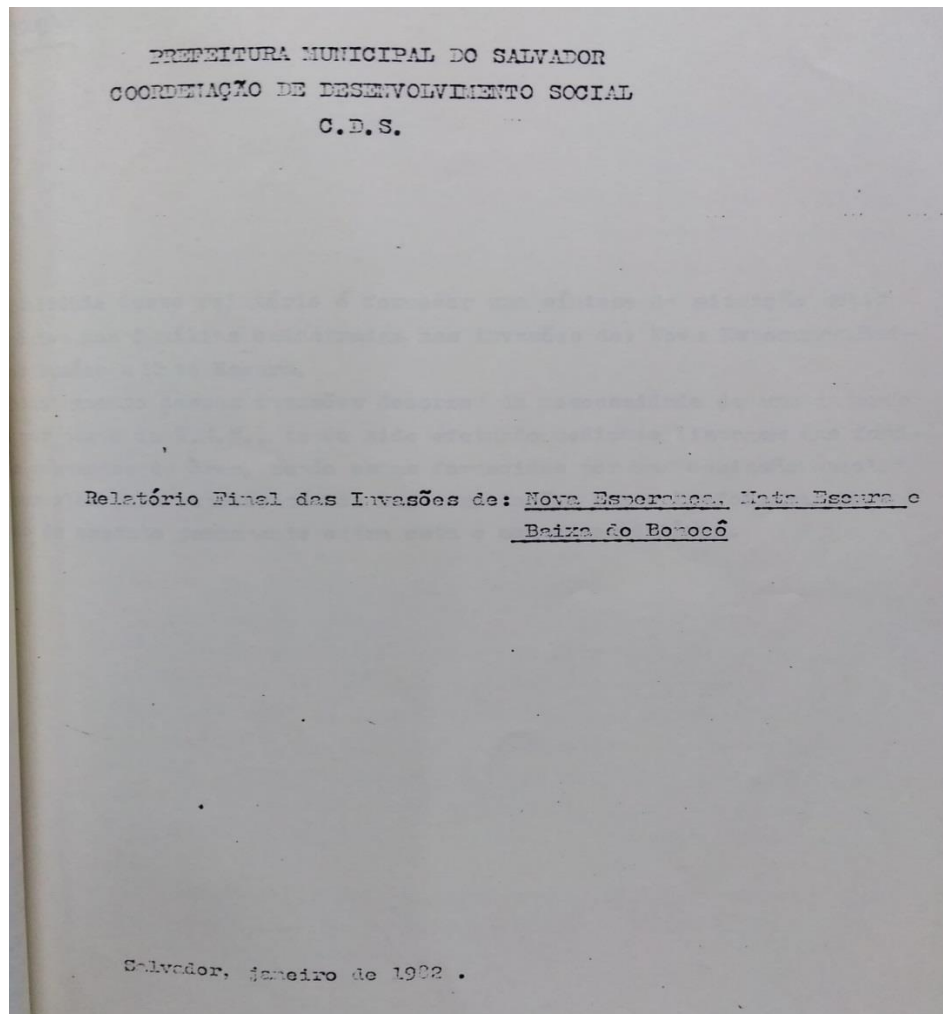
## Recorte da legenda do projeto



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

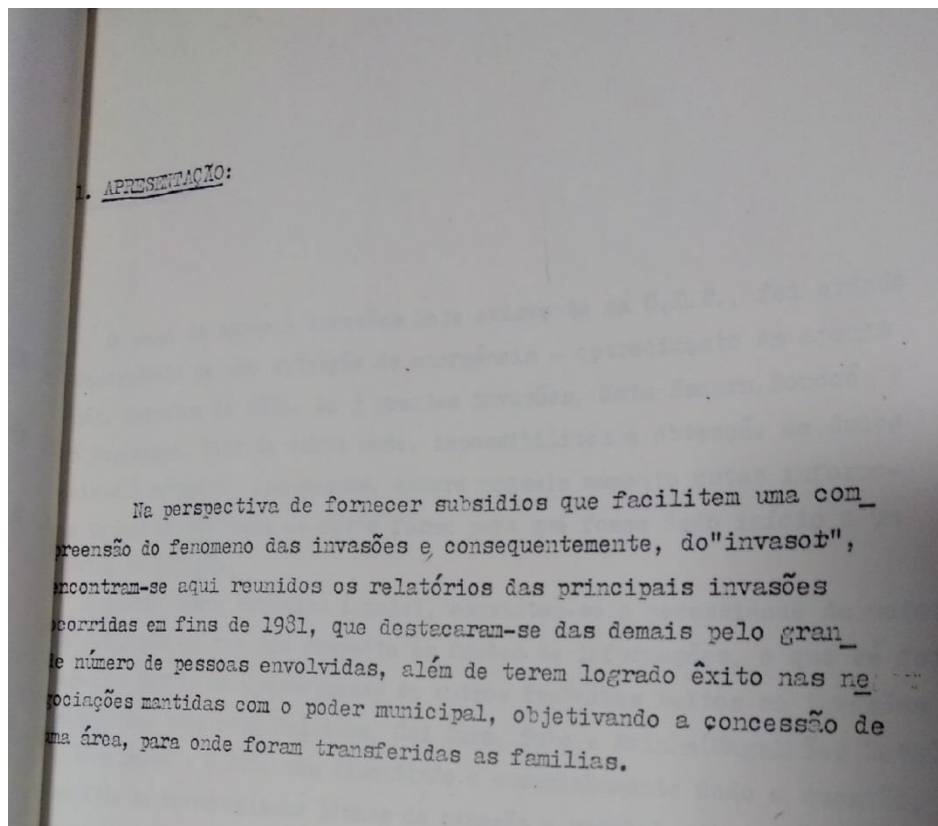
ANEXO H – Relatório de ocupações de áreas invadidas por população de baixa renda mais levantamento do perfil socioeconômico das famílias e inclusão em cadastro de programa de moradia, 1982.

Folha de rosto.



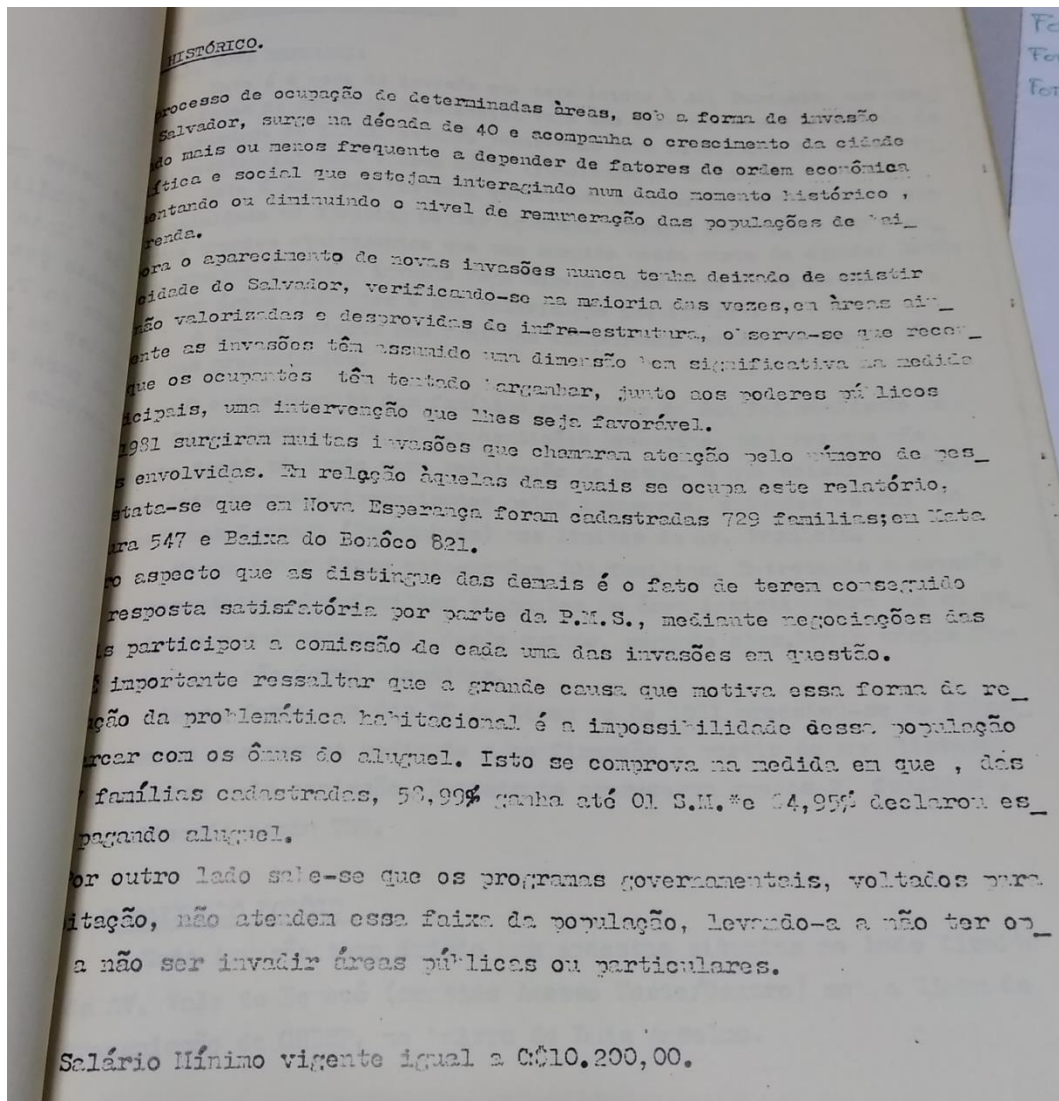
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Folha de apresentação do relatório.



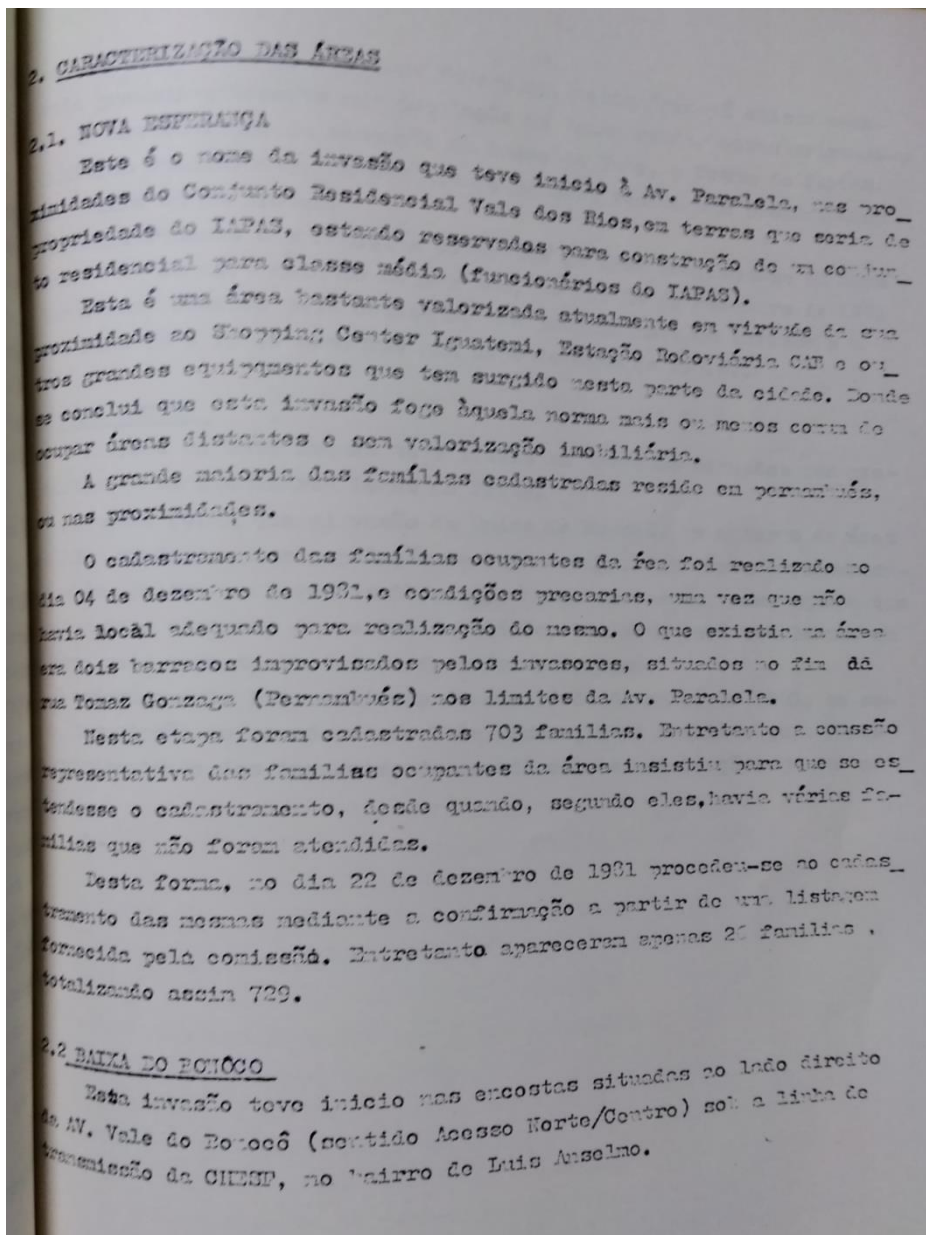
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Recorte do histórico das invasões e perfil socioeconômico das famílias.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

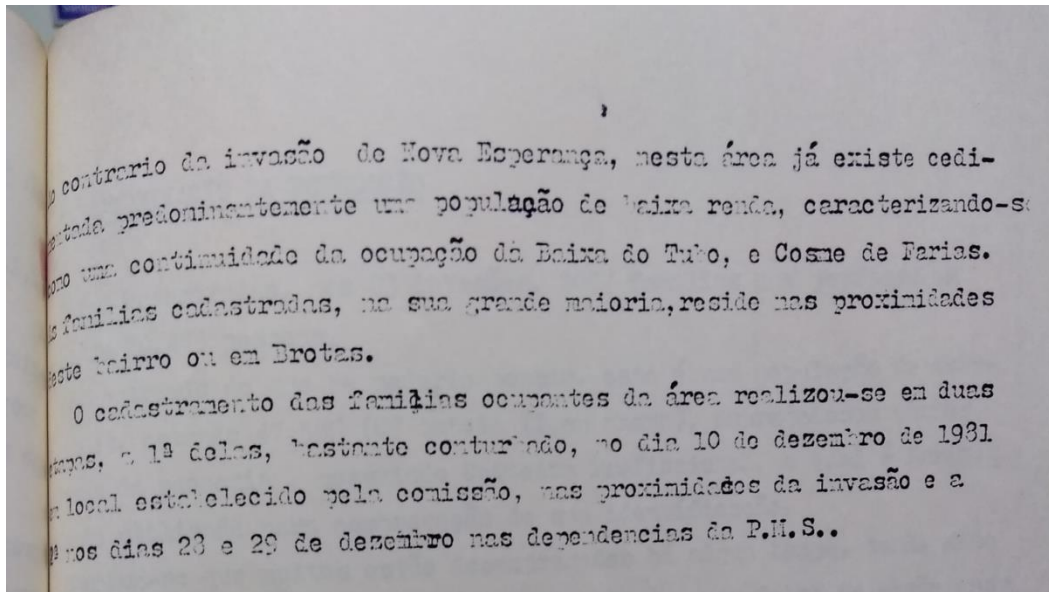
## Caracterização das áreas.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.



## Complemento da caracterização das áreas invadidas. (Baixa do Bonocô)



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Tabela I (dados das famílias cadastradas).

| CLASSE         | PROVINCIA   |            |              | TOTAL       | %          |
|----------------|-------------|------------|--------------|-------------|------------|
|                | MATA ESCURA | BONOCO     | N. ESPERANÇA |             |            |
| 18---25        | 196         | 304        | 243          | 743         | 35,43      |
| 26---32        | 147         | 224        | 204          | 575         | 27,42      |
| 33---40        | 74          | 133        | 130          | 342         | 16,31      |
| 41---48        | 59          | 86         | 74           | 219         | 10,44      |
| 49---56        | 29          | 40         | 41           | 110         | 5,25       |
| 57---64        | 19          | 09         | 10           | 37          | 1,77       |
| Acima de 64    | 20          | 16         | 19           | 55          | 2,62       |
| Sem informação | 04          | 04         | 03           | 16          | 0,76       |
| <b>TOTAL</b>   | <b>547</b>  | <b>821</b> | <b>729</b>   | <b>2097</b> | <b>100</b> |

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Tabela II (dados das famílias cadastradas).

OCUPAÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA  
SENVADOR  
1931

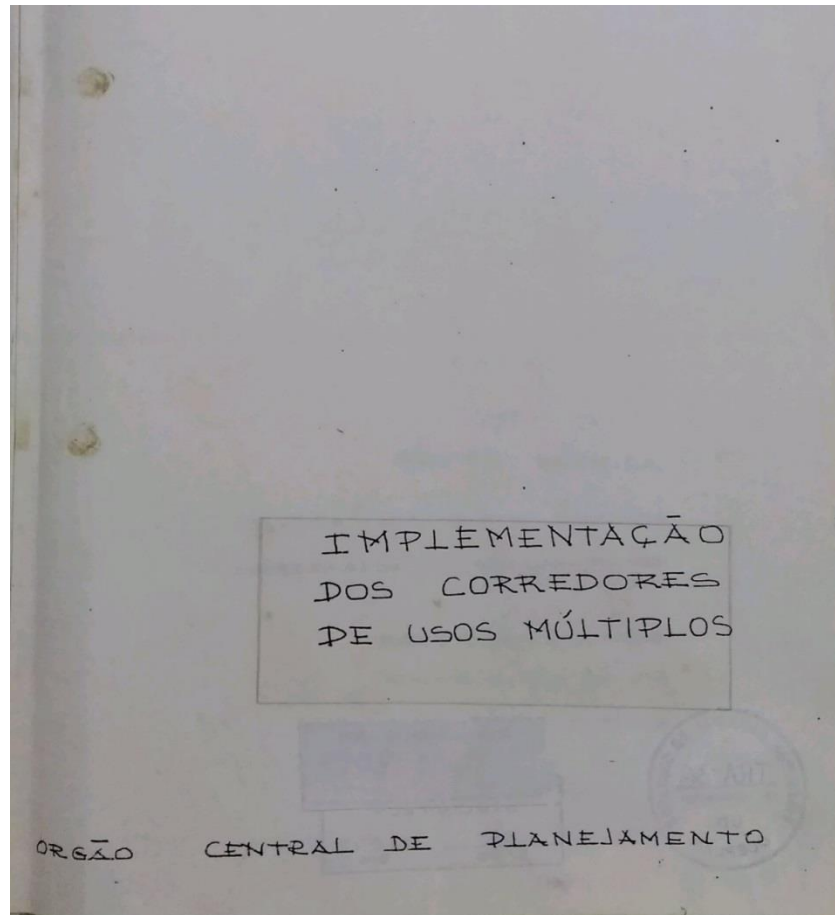
TABELA II

| CATEGORIA    | FREQUENCIA |                 |              | TOTAL | %     |
|--------------|------------|-----------------|--------------|-------|-------|
|              | FONTE      | TOT. INDIVIDUAL | TOT. FAMILIA |       |       |
| EMPREGADO    | 431        | 312             | 255          | 998   | 47,59 |
| AUTONOMO     | 235        | 271             | 192          | 733   | 32,31 |
| DESEMPREGADO | 90         | 32              | 64           | 240   | 11,44 |
| APOSENTADO   | 18         | 08              | 21           | 47    | 2,24  |
| ENCOSTADO    | 15         | 10              | 15           | 40    | 1,91  |
| NÃO DECLAROU | 32         | 42              | 10           | 84    | 4,01  |
| TOTAL        | 821        | 729             | 547          | 2097  | 100   |

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

ANEXO I – Documento base para implementação dos Corredores de Usos Múltiplos das Avenidas de Vale, 1983.

Capa do Documento.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Exposição de Motivos.

## IMPLEMENTAÇÃO DOS CORREDORES DE USOS MÚLTIPLOS

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

As características geomorfológicas de Salvador, onde predominam cumeadas e vales, ofereceram soluções peculiares para o desenvolvimento do sistema viário principal da Cidade.

Antes da implantação do "sistema de vales", as vias se estenderam pelos altiplanos, configurando assim a ocupação das cumeadas. O crescimento natural ou espontâneo da Cidade, sempre pelas cumeadas, acarretou graves problemas no rudimentar sistema de vias existentes, subdimensionado para o atendimento da demanda sempre crescente do tráfego; a largura insuficiente das ruas, a ausência de acessos adequados e de articulação fácil, racional, entre os bairros e o centro urbano, representavam entraves ao fácil escoamento do fluxo viário.

A partir do Plano de Mário Leal Ferreira (EPUCS), que primeiro analisou o problema, surgiram as propostas para modificação do tráfego da Cidade e estruturação de um novo sistema viário principal, originando as chamadas avenidas de vales - vias radiais e concêntricas, conforme denominações dadas pelo EPUCS - e que seriam as "vias expressas" de articulação bairros/centro e bairros entre si.

Como é sabido, várias dessas vias foram implantadas em administrações anteriores e em alguns trechos, de certa forma, são coincidentes com o traçado previsto no Plano Mário Leal Ferreira. Essas avenidas se constituem em um sistema apropriado ao tráfego urbano de maior velocidade, onde o fluxo de veículos é mais intenso.

Devemos ressaltar que os vales eram ocupados por roças, hortas, etc., constituindo-se fundos de quintais e eram áreas sem grande valor econômico, antes da implantação das avenidas e que, após a implementação do sistema de vales - onde a Prefeitura, im

## Continuação da exposição de Motivos.

previsivelmente, desapropriou apenas uma faixa mínima necessariamente à locação das pistas - os terrenos lindeiros a elas ficaram altamente valorizados. Fica evidente que as favoráveis condições de acessibilidade a esses terrenos provocaram ou induziram novos vetores de expansão para a Cidade, iniciando-se uma crescente ocupação às margens dessas avenidas. Pôde-se observar então a ocorrência de uma ocupação desordenada, tendo de um lado proprietários de grandes áreas realizando investimentos de alto custo e do outro, pequenos proprietários ou posseiros adaptando imóveis ou construindo pequenas instalações para uso comercial e de serviços.

Para a locação de empreendimento ou atividade às margens das avenidas de vales, há que se atender, até então, às normas emergentes da Lei 2.403/72 - Código de Urbanismo e Obras do Município - que estabelece recuos mínimos em relação à pista de velocidade e a execução da pista marginal de baixa velocidade, por onde se dará o acesso às edificações, procurando-se com isso vetar o acesso direto da pista principal às edificações, além de indicar parâmetros urbanísticos outros relativos ao setor urbano onde se situa a avenida. Em vista da inexistência de um projeto urbano para implantação sistemática das "vias marginais de baixa velocidade" - que o recente Projeto da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo classifica como VIA LOCAL DE ARTICULAÇÃO (VLA) - não está havendo uma racional e regular locação dessas vias, nem mesmo obediência à legislação em certos casos, pois nem ~~mesmo~~ o recuo mínimo de 33,00m vem sendo observado. Não há uma continuidade na execução, concordância de "grade", etc., uma vez que, não existindo um projeto global por avenida, as vias são executadas conforme o interesse e capacidade financeira do proprietário do empreendimento e restringe-se tão somente à testada do terreno que está sendo ocupado.

Neste sentido, o Projeto da Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo vem propor uma nova metodologia para implantação das Avenidas de Vales desde o seu projeto que compreenderia "... a-  
lém do sistema viário, a circulação urbana e o uso do solo nos terrenos às margens dessas avenidas...", com o cadastramento dos

Tabela de dados 01.

| CORREDORES DE<br>USOS MÚLTIPLOS    | USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO                                       |   |
|------------------------------------|---|---|
|                                    | LEI 2.403/72  | PROJ. DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO  |
| C <sub>1</sub> DJALMA DUTRA        | RESIDENCIAL E COMERCIAL                                       | RESIDENCIAL (UNIFAMILIAR, MULTIFAMILIAR)<br>COMERCIAL E SERVIÇOS, INDUSTRIAL IENA E LUSTO (1) |
| C <sub>2</sub> CONEGO PEREIRA      | RESIDENCIAL E COMERCIAL                                       | IDEM  |
| C <sub>3</sub> VASCO DA GAMA       | RESIDENCIAL   | IDEM  |
| C <sub>4</sub> BARROS REIS         | RESIDENCIAL, INDUSTRIAL E<br>ESTABELECIMENTOS CORRELATOS      | IDEM  |
| C <sub>5</sub> GARIBALDI           | ATIVIDADES COMUNS <sup>(1)</sup> E RESIDENCIAL <sup>(2)</sup> | IDEM  |
| C <sub>6</sub> OTAVIO MANGABEIRA   | ATIVIDADES COMUNS <sup>(1)</sup> E RESIDENCIAL <sup>(3)</sup> | IDEM  |
| C <sub>7</sub> JURACY MAGALHAES JR | RESIDENCIAL   | IDEM  |
| C <sub>8</sub> ANTONIO C MAGALHÃES | ATIVIDADES COMUNS <sup>(1)</sup> E RESIDENCIAL <sup>(2)</sup> | IDEM  |
| C <sub>9</sub> MARIO LEAL FERREIRA | ATIVIDADES COMUNS <sup>(1)</sup> E RESIDENCIAL <sup>(2)</sup> | IDEM  |

ATIVIDADES COMUNS: CULTURAL, EDUCACIONAL, RECREATIVO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, PARQUEAMENTO E ZEPIS.

(1) EXCETO GALPÕES, DEPÓSITOS  
 (2) RESIDENCIAL UNIFAMILIAR  
 (3) RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR

(1) VER TABELA IV-4 (ANEXO 7)  
 A ATIVIDADE É VARIÁVEL. (ANEXO 4)

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Tabela de dados 02.

| CORREDORES DE USOS MÚLTIPLOS        | PARÂMETROS        |           |         |  |                                  |                               |              |                | URBANÍSTICOS                          |           |         |  |                             |                  |                             |                  |              |                |
|-------------------------------------|-------------------|-----------|---------|--|----------------------------------|-------------------------------|--------------|----------------|---------------------------------------|-----------|---------|--|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|--------------|----------------|
|                                     | LEI 2 4 0 3 / 7 2 |           |         |  |                                  |                               |              |                | PROT DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO |           |         |  |                             |                  |                             |                  |              |                |
|                                     | T.O. MAX. %       | I.U. MAX. | IP MIN. | REC.UO MIN. (M)  | ÁREA LOTE MIN. (M <sup>2</sup> ) | TESTADA MIN. (M)              | Nº PAV. MAX. | FAIXA RES. VLA | T.O. MAX. %                           | I.U. MAX. | IP MIN. | REC.UO FRENTE (M)                          | REC.UO LATERAL (M)          | REC.UO FONTE (M) | ÁREA LOTE (M <sup>2</sup> ) | TESTADA MIN. (M) | Nº PAV. MAX. | FAIXA RES. VLA |
| C <sub>1</sub> DJALMA DUTRA         | 70                | 4         | -       | 4,00 <sup>(1)</sup><br>6,00 <sup>(1)</sup><br>10,00 <sup>(1)</sup> | 360,00                           | 12,00                         | -            | -              | 70                                    | 4         | 1       | 4,00 <sup>(1)</sup><br>3,00 <sup>(2)</sup> | 1,50 <sup>(2)</sup><br>2,00 | 250,00           | 10,00                       | 4                | -            |                |
| C <sub>2</sub> CUNEGO PEREIRA       | 70                | 4         | -       | 4,00 <sup>(1)</sup><br>6,00 <sup>(1)</sup><br>10,00 <sup>(1)</sup> | 360,00                           | 12,00                         | -            | -              | 70                                    | 4         | 40      | 4,00 <sup>(1)</sup>                        | 1,50 <sup>(2)</sup>         | -                | 490,00                      | 14,00            | 4            | -              |
| C <sub>3</sub> VASCO DA GAMA        | 50                | 2         | 20      | 4,00 <sup>(1)</sup><br>6,00 <sup>(1)</sup><br>10,00 <sup>(1)</sup> | 360,00                           | 12,00                         | -            | -              | 60                                    | 12        | 15      | -  | -                           | 2,00             | 720,00                      | 16,00            | 4            | 15,00          |
| C <sub>4</sub> BARROS REIS          | 50                | 2         | 20      | 4,00 <sup>(1)</sup><br>6,00 <sup>(1)</sup><br>10,00 <sup>(1)</sup> | 360,00                           | 12,00                         | -            | -              | 60                                    | 12        | 15      | -  | -                           | 2,00             | 720,00                      | 16,00            | 4            | 15,00          |
| C <sub>5</sub> GARIBALDI            | 50                | 2         | 20      | 10,00  | 600,00                           | 20,00                         | -            | 27,00          | 60                                    | 15        | 15      | -  | -                           | -                | 1000,00                     | 40,00            | 4            | 15,00          |
| C <sub>6</sub> OTAVIO MANGABEIRA    | 50<br>40          | 2         | 20      | 6,00   | 360,00 <sup>(3)</sup><br>600,00  | 12,00 <sup>(2)</sup><br>20,00 | -            | 27,00          | 60                                    | 10        | 15      | -  | -                           | 2,00             | 720,00 <sup>(3)</sup>       | 16,00            | 4            | 16,00          |
| C <sub>7</sub> JURACY MAGALHAES JR  | 50                | 2         | 20      | 6,00   | 600,00                           | 20,00                         | -            | 27,00          | 60                                    | 15        | 15      | -  | -                           | 3,00             | 1500,00 <sup>(3)</sup>      | 30,00            | 4            | 16,00          |
| C <sub>8</sub> ANTONIO C. MAGALHÃES | 50                | 2         | 20      | 6,00   | 600,00                           | 20,00                         | -            | 27,00          | 60                                    | 15        | 15      | -  | -                           | 3,00             | 1500,00 <sup>(3)</sup>      | 30,00            | 4            | 27,00          |
| C <sub>9</sub> MARIO LEAL FERREIRA  | 50                | 2         | 20      | 6,00   | 600,00                           | 20,00                         | -            | 27,00          | 60                                    | 15        | 15      | -  | -                           | 3,00             | 1500,00 <sup>(3)</sup>      | 30,00            | 4            | 27,00          |

*(3) em função da relação entre T.O. e I.U.*

*15% de profundidade do lote*

*15% da testada do lote*

(1) VARIA DE ACORDO COM O TIPO DE EDIFICAÇÃO

(2) EM LOTEAMENTOS JÁ APROVADOS E EXECUTADOS

(3) ADMITE-SE VLA E GALERIA PÚBLICA ORÇAMENTAL - ANTIQUE DE 20,00M

EM CASO DE AQUISIÇÃO TEMPORÁRIA NÃO PERMITE A INERZAÇÃO DA VLA, ADMITE-SE UM REC.UO MÍNIMO DE 14,00 M EM RELAÇÃO A VA.

(1) ADMITE-SE GALERIA EM BALALDO COM PROJEÇÃO MÁX. 2,50M SOBRE A ÁREA DE VILA CUBO DE DÍGITO MÍN. TERÁ 50,00M

(2) É SUFICIENTE O ADEQUAMENTO DE VILA, SALVO EM ÁREAS URBANAS LIMPAS DO TERRELO

(3) NÃO SERÁ COMPUTADA COMO ÁREA DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS A PARTIR DE 100,00M DOS ÍNDICES E PARÂMETROS URBANÍSTICOS, SUA PORÇÃO RESERVA À REQUALIFICAÇÃO DA VILA

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

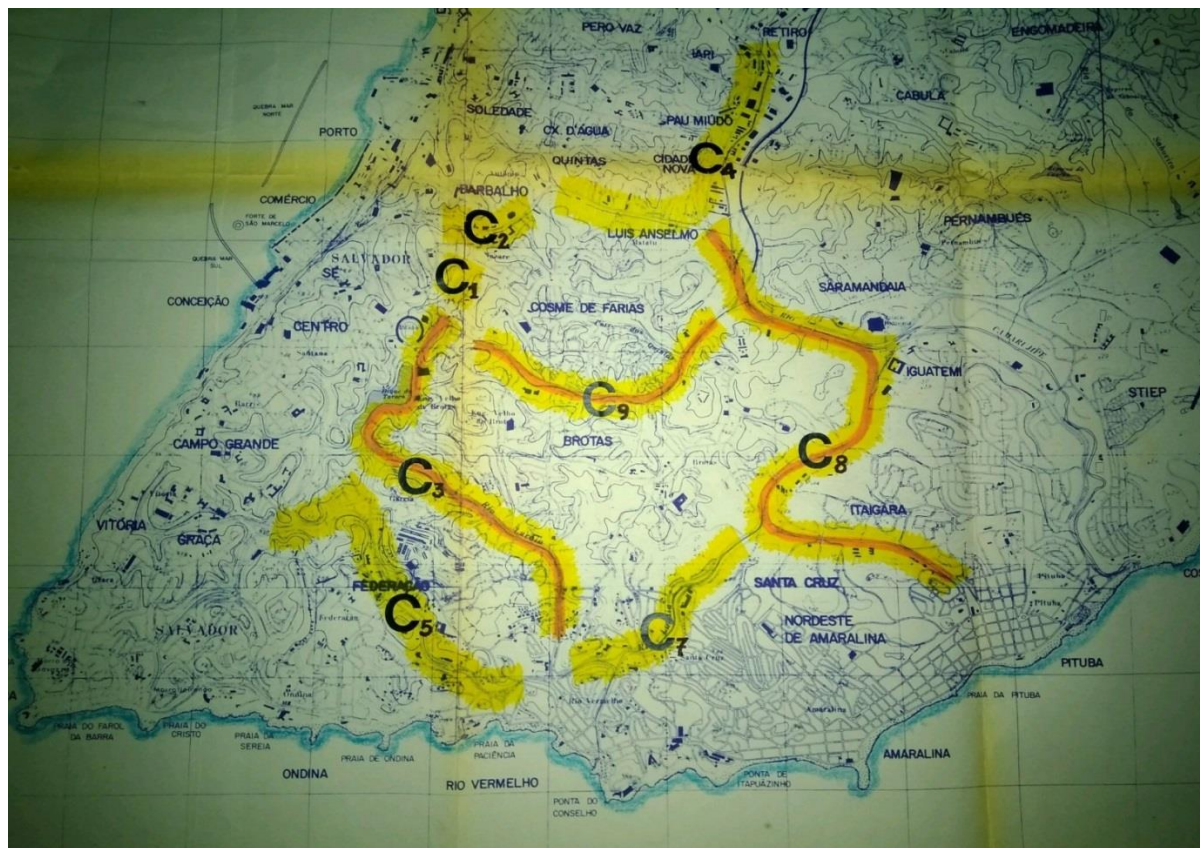
## Mapa de localização das Avenidas de Vale.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

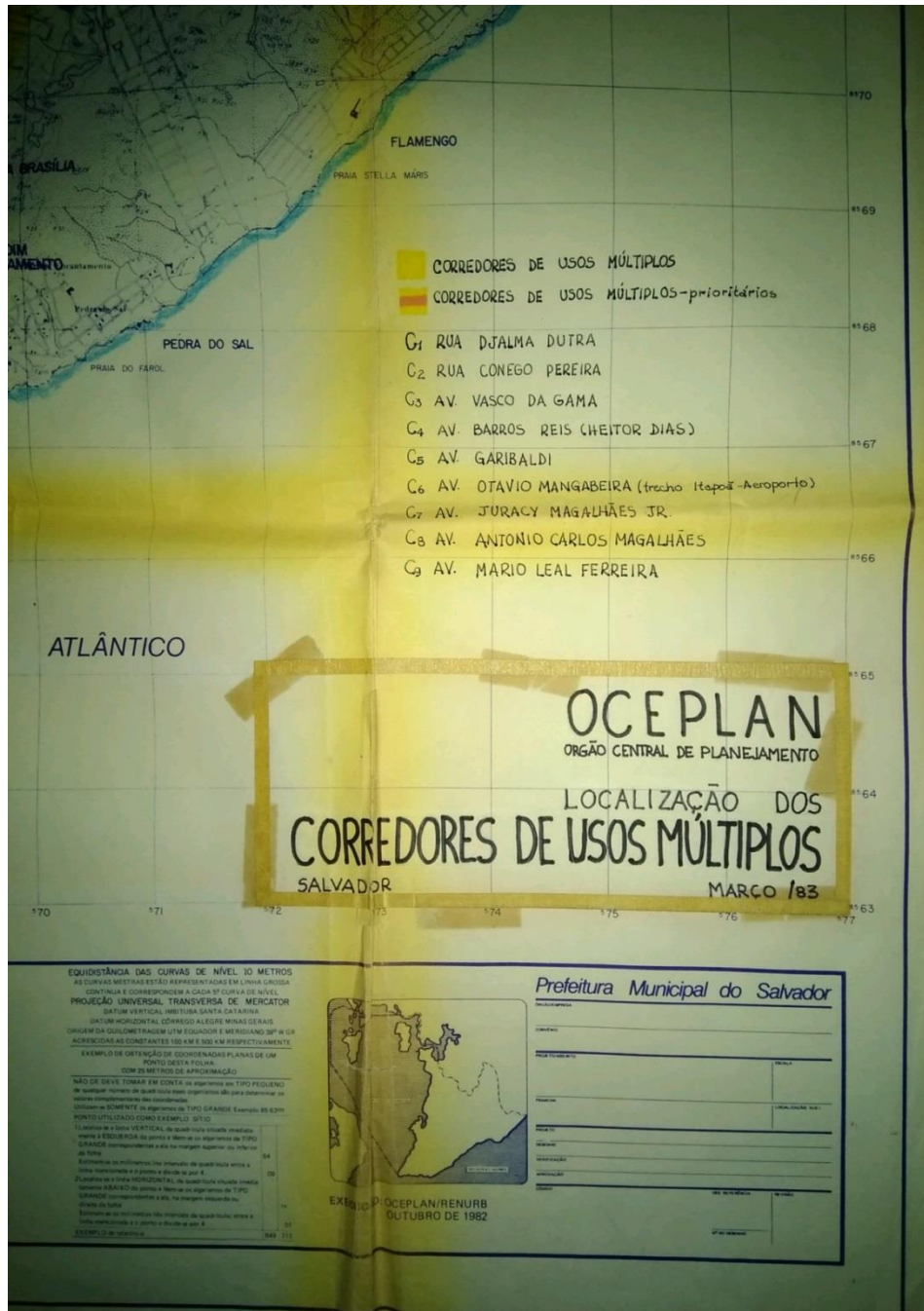


Recorte da área de localização das Avenidas.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

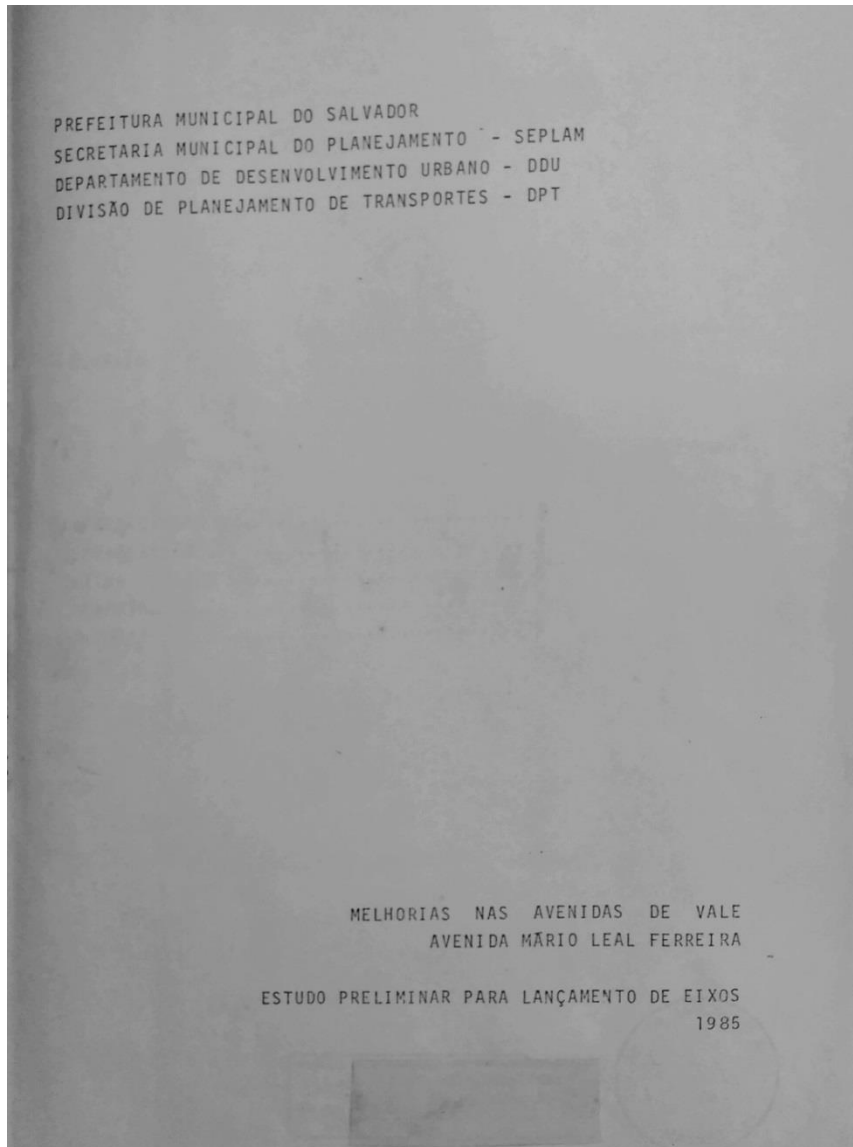
Legenda do mapa.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

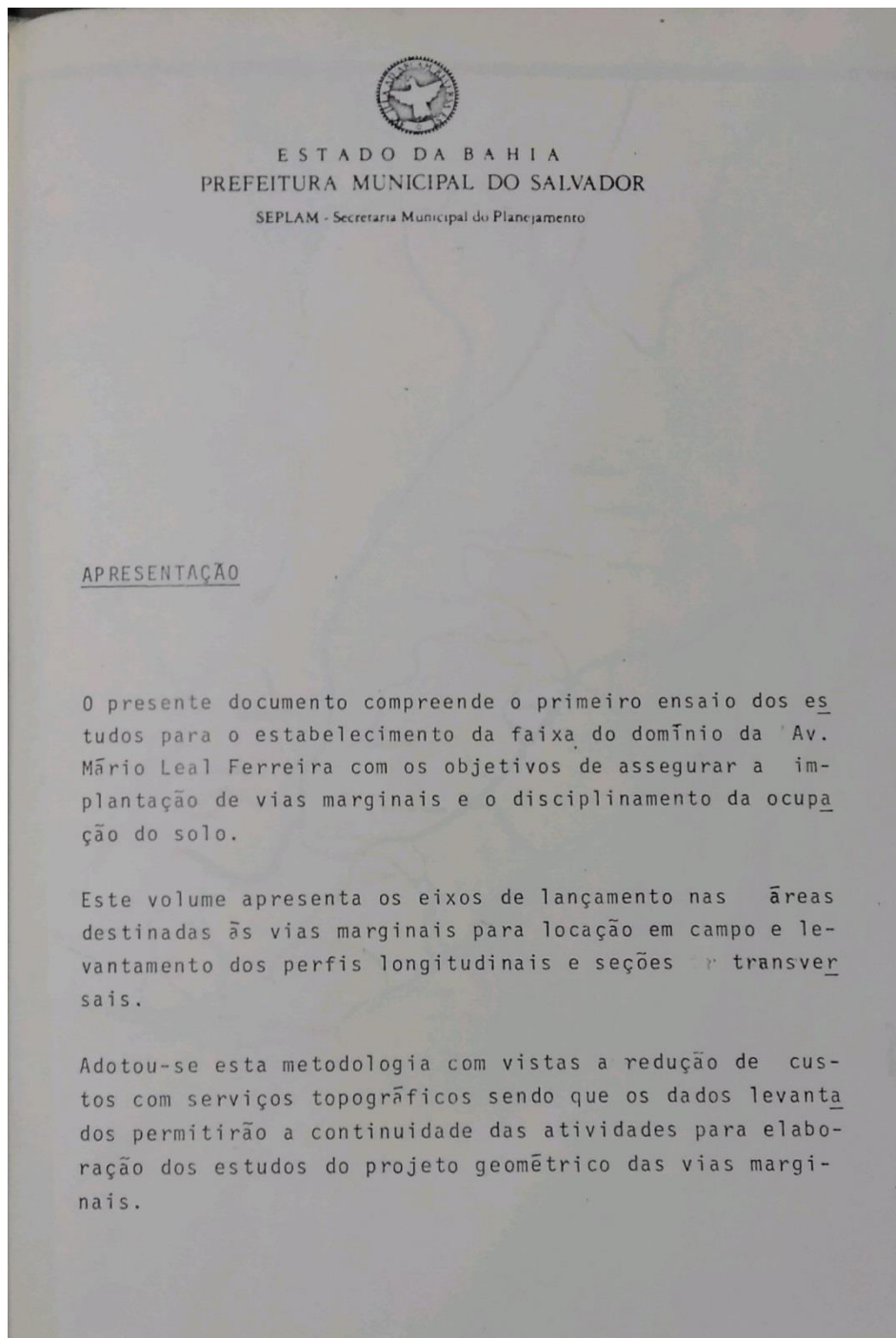
ANEXO J – Estudo preliminar para lançamento de eixos (faixas de domínio e vias marginais) na Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô) 1985.

Folha de rosto.



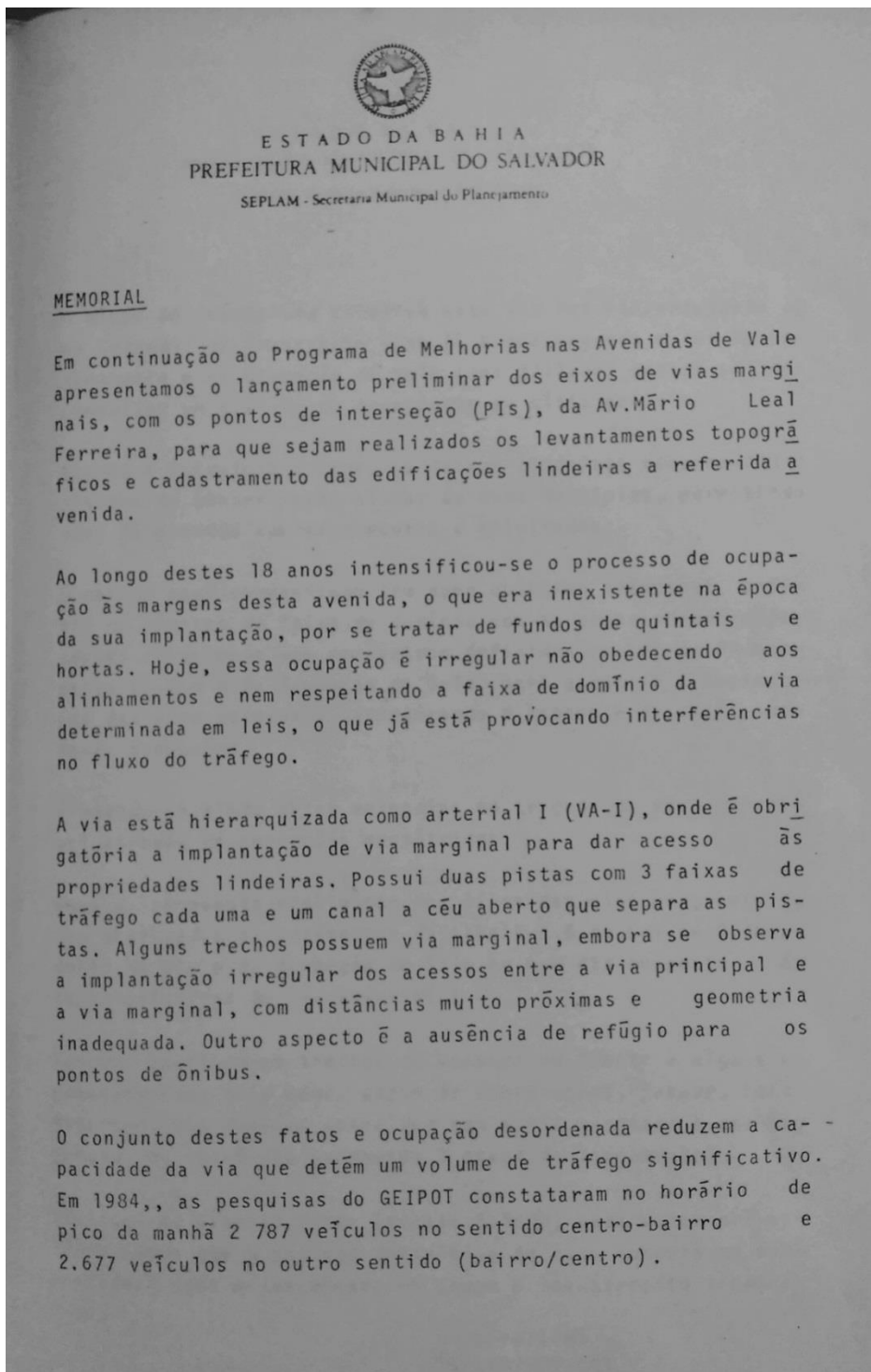
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Folha de apresentação do documento.



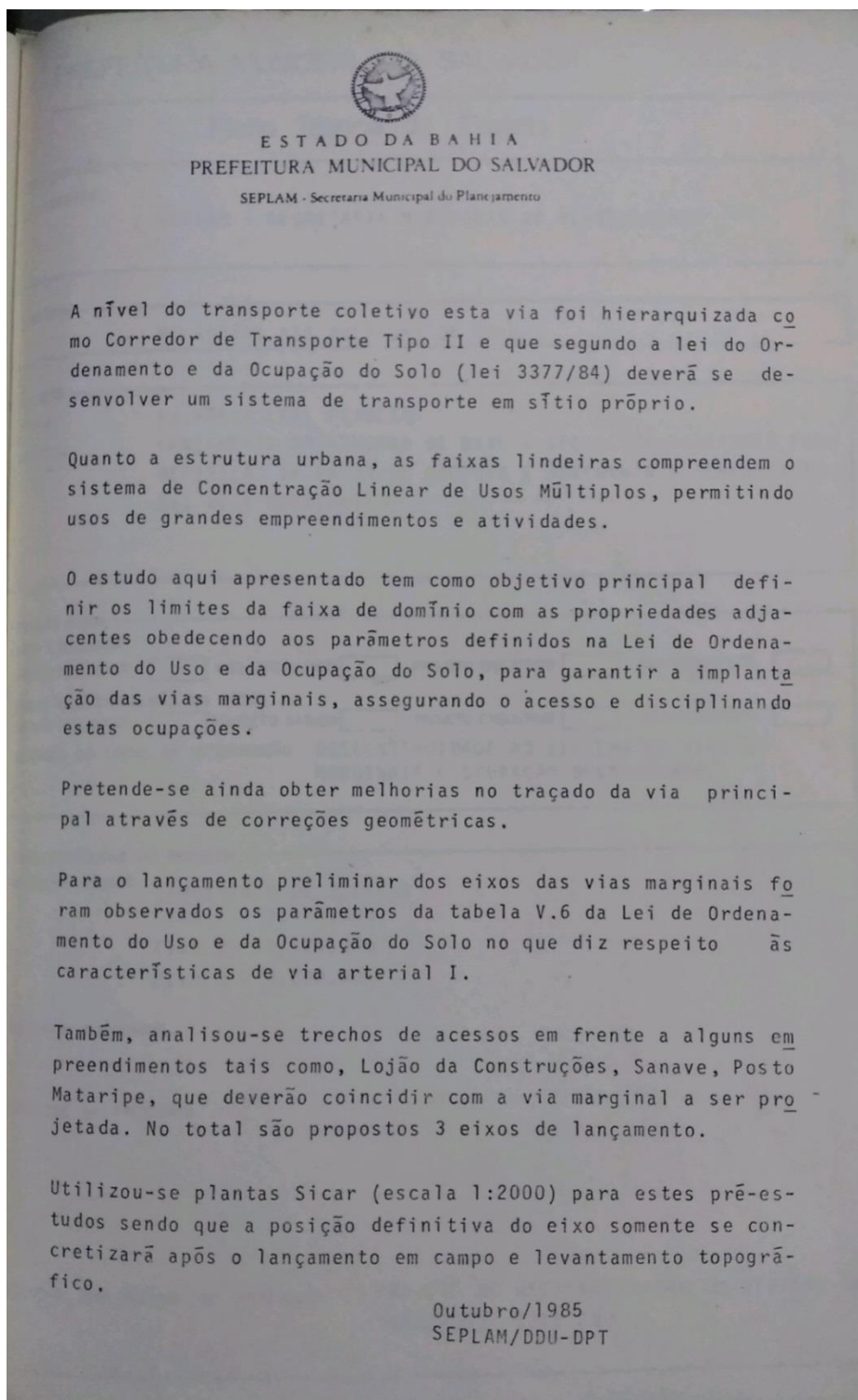
Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Memorial descritivo.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Memorial descritivo parte final.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Ficha técnica.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR

Ficha Técnica do Projeto

IDENTIFICAÇÃO  
CONVENIENTES

SEPLAM - SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

PROGRAMA

MELHORIAS NAS AVENIDAS DE VALE

PROJETO

TÍTULO

OBJETIVO

Av. MÁRIO LEAL FERREIRA  
LANÇAMENTO PRELIMINAR DE EIXO E SEÇÕES TRANSVERSAIS PARA  
DEFINIÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO E ASSEGURAR A IMPLANTAÇÃO  
DAS VIAS MARGINAIS.

POSIÇÃO ATUAL

META EXECUTADA

ESTUDO PRELIMINAR  PROJETO BÁSICO  PROJETO EXECUTIVO  OBRAS/SERVIÇOS

PRAZO PARA CONCLUSÃO EM MESES

ESTUDO PRELIMINAR  PROJETO BÁSICO  PROJETO EXECUTIVO  OBRAS/SERVIÇOS

SITUAÇÃO DO LOCAL DA INTERVENÇÃO

DESCONTINUIDADE NO SISTEMA DE VIAS  
MARGINAIS E OCUPAÇÃO DESORDENADA.

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

ASPECTOS FÍSICOS

LANÇAMENTO DE 3 EIXOS  
EIXO 1 - 1.475,00m  
EIXO 2 - 1.125,00m  
EIXO 3 - 3.000,00m

ASPECTOS FUNCIONAIS

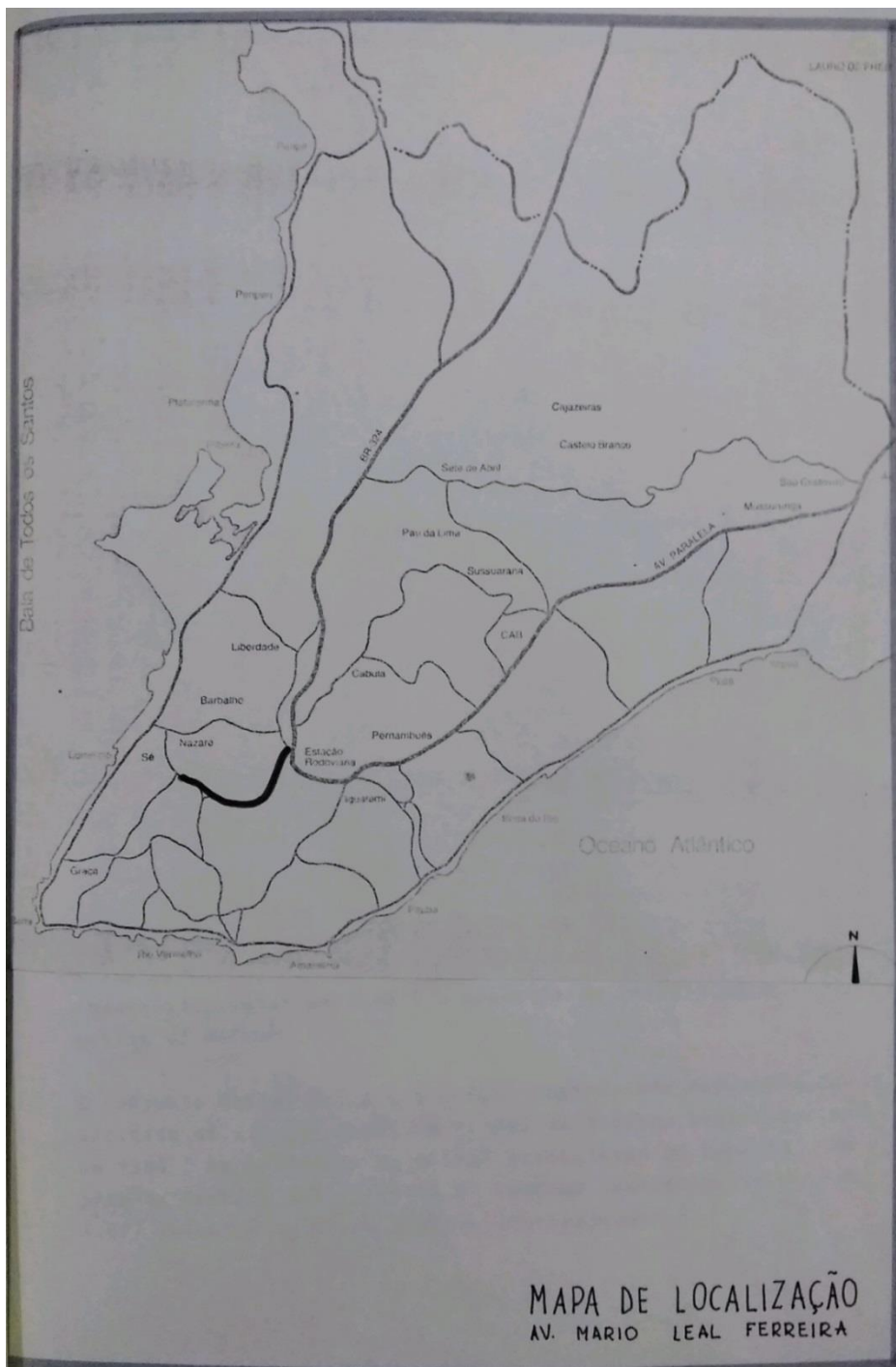
ASPECTOS OPERACIONAIS

RELAÇÃO COM PLANOS OU PROGRAMAS

PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE  
TRANSPORTE COLETIVO

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

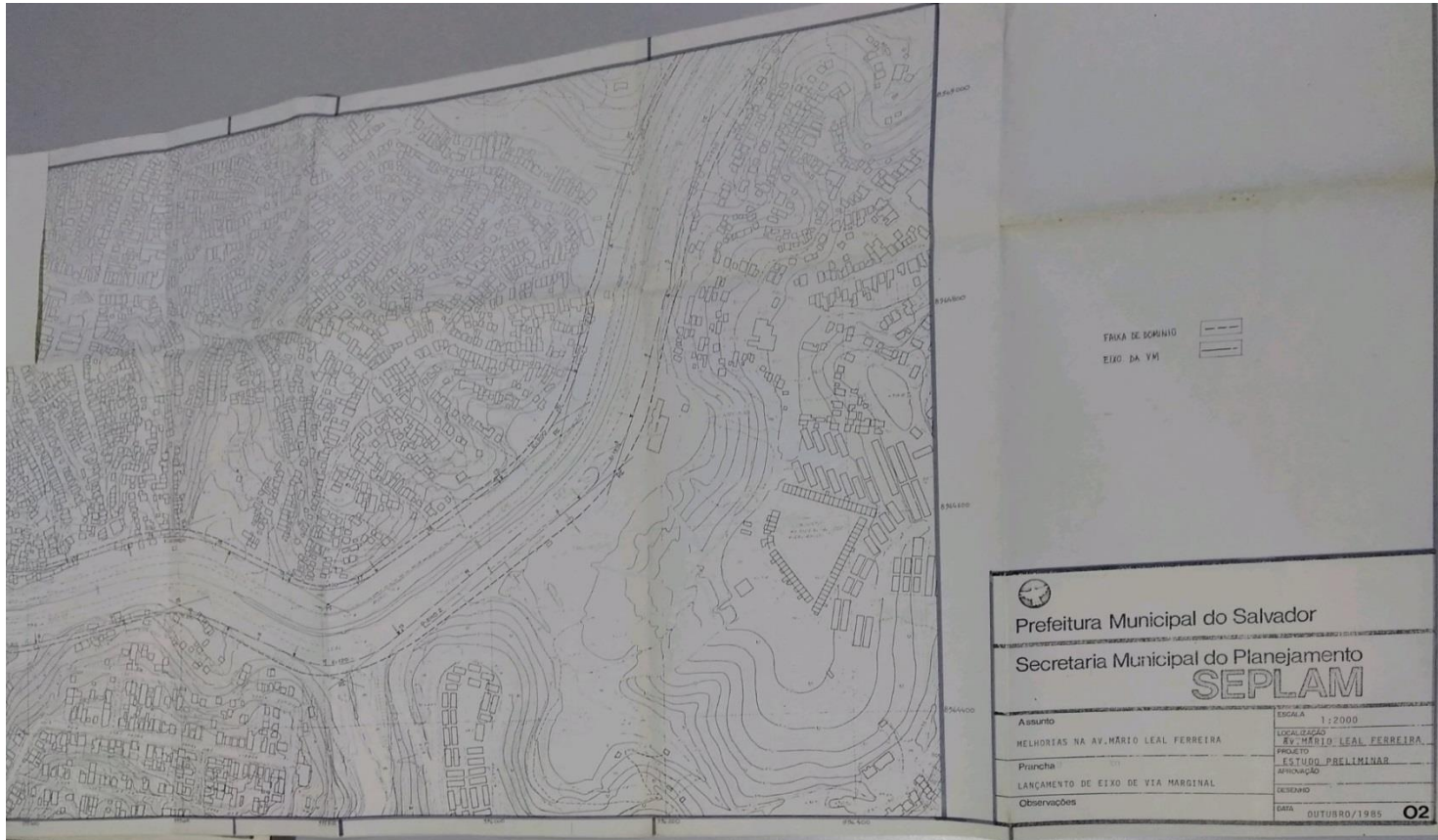
Mapa de localização da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô).



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.



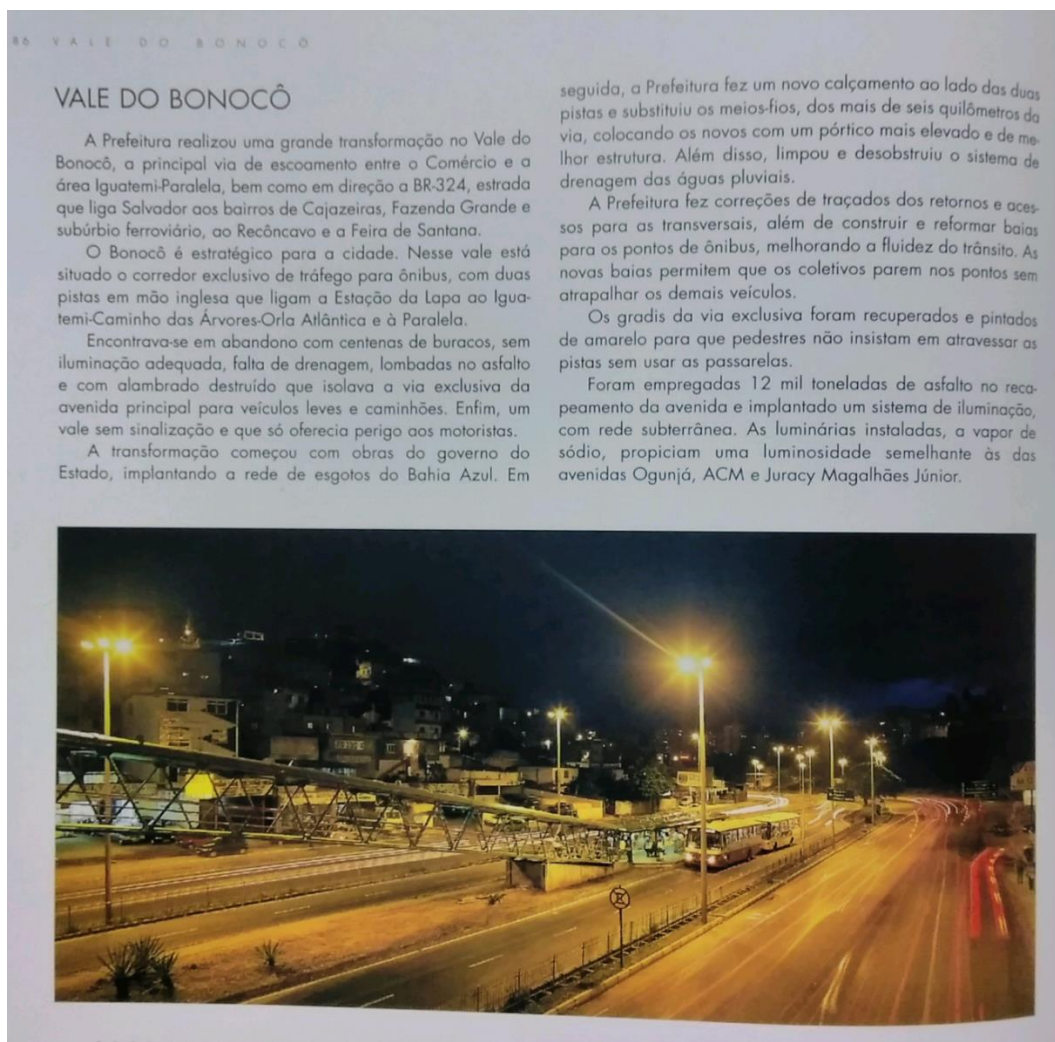
Mapa da Avenida.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

ANEXO K – Livro “Retratos da cidade: Salvador antes - Salvador agora” recortes pertinentes a Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô). (Década de 1990)

Requalificação da Via exclusiva para ônibus.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

## Resumo das ações e resultados das intervenções. (Década de 1990)

**VIA EXCLUSIVA BONOCÔ-PARALELA**

Em maio de 1997, o prefeito Antonio Imbassahy autorizou as obras de conclusão das duas primeiras etapas do Corredor Viário Lapa-Rodoviária, passando pela Estação de Transbordo do Iguatemi. Com recursos da ordem de R\$3,6 milhões, a Prefeitura executou duas importantes ligações, uma da Estação Rodoviária ao viaduto do Detran e a outra, da mão inglesa à Rodoviária. Com isso, 144 ônibus-hora, que trafegavam no sentido Bonocô-Paralela ou Rótula do Abacaxi, estão utilizando a Via Exclusiva, melhorando o tráfego.

O vice-prefeito e secretário dos Transportes, Marcos Medrado, atesta que a intervenção mudou sensivelmente o tráfego na área, beneficiando milhares de pessoas que circulam no local.

A nova pista, com 2.200 metros e que integra o sistema viário mais importante da capital, foi inaugurada com as presenças do presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, do governador do Estado, Paulo Souto, do prefeito Antonio Imbassahy e vários vereadores.

Centenas de operários, técnicos da Surcap e mais de 30 máquinas e equipamentos trabalharam na obra. A Estação de Transbordo do Iguatemi passou por vários testes de capacidade de carga da estrutura para garantir a segurança dos usuários.

Sensores eletrônicos foram colocados em toda a extensão e ligados a um terminal de computador que mediu o grau de inclinação e resistência da estrutura. Para simular o peso sobre a base, foram utilizados três tanques de água que receberam 80 mil litros, ou seja, 80 toneladas. Tudo para testar como a estação se comportava com a carga de 400 quilos por metro quadrado, que é a norma técnica para esse tipo de construção.

Nos 3.600 metros quadrados da Estação de Transbordo, foi instalado um Posto do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC). Por seus pontos de parada, passam os ônibus de todas as linhas que vêm do Bonocô, do Acesso Norte e Rótula do Abacaxi com destino a Paralela, Pernambuco e Sítiep. Somente continuam a circular pelo trajeto, em frente ao Shopping Iguatemi, as linhas que seguem pelo Caminho das Árvores, o que melhorou sensivelmente o tráfego naquela área.

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Ligação Bonocô/Vasco da Gama e Vale de Nazaré requalificado. (Década de 1990)



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

Trecho onde se instalou a estação Metrô Brotas em requalificação.



Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.

ANEXO L – Decreto Municipal n° 12.049 de 27 de julho de 1998, dispõe sobre desapropriação de áreas ao longo da Avenida Mário Leal Ferreira (Bonocô), BR -324, Pirajá e Pau da Lima.

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto Nº 12.049, de 27 de julho de 1998

Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, áreas de terreno com benfeitorias e acessões, situadas ao longo da Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô), BR-324, Pirajá e Pau da Lima.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 52, inciso IX da Lei Orgânica do Município e com fundamento nas disposições dos artigos 5º, letras "I" e "J", 6º e 15 do Decreto Lei no. 3365/41,

### DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação com as benfeitorias e acessões existentes, áreas de terreno, situadas ao longo da Av. Mário Leal Ferreira (Bonocô), BR-324, Pirajá e Pau da Lima caracterizadas por coordenadas cartesianas "X" e "Y", nesta ordem, expressas em metros, referenciadas ao sistema SICAR/RMS, apresentadas a seguir.

#### AV. MÁRIO LEAL FERREIRA (BONOCÔ)

| X                | Y                | X                 | Y                |
|------------------|------------------|-------------------|------------------|
| 1 554 417,074296 | 8 565 104,834941 | 21 555 844,186783 | 8 564 514,657985 |
| 2 554 551,200168 | 8 565 082,754279 | 22 555 825,855126 | 8 564 516,202863 |
| 3 554 585,630937 | 8 565 072,997703 | 23 555 776,160854 | 8 564 531,872317 |
| 4 554 625,200641 | 8 565 052,971057 | 24 555 663,741371 | 8 564 592,764550 |
| 5 554 660,659203 | 8 565 024,728349 | 25 555 639,225531 | 8 564 596,536391 |
| 6 554 759,840405 | 8 564 926,649116 | 26 555 603,666514 | 8 564 593,868034 |
| 7 554 784,507223 | 8 564 947,702776 | 27 555 460,547019 | 8 564 561,887040 |
| 8 554 701,256691 | 8 565 028,322873 | 28 555 423,662815 | 8 564 557,252413 |

|                   |                  |                   |                  |
|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| 9 554 713,076208  | 8 565 043,727991 | 29 555 634,892289 | 8 564 643,035288 |
| 10 554 538,866759 | 8 565 145,401742 | 30 555 653,862645 | 8 564 642,623200 |
| 11 554 422,213231 | 8 565 147,455759 | 31 555 672,008215 | 8 564 639,120459 |
| 12 555 400,770070 | 8 564 558,802423 | 32 555 710,361334 | 8 564 624,697396 |
| 13 555 500,145772 | 8 564 512,648625 | 33 555 785,076658 | 8 564 583,213922 |
| 14 555 698,116892 | 8 564 476,895313 | 34 555 814,874056 | 8 564 573,005392 |
| 15 555 915,544682 | 8 564 495,562343 | 35 555 846,374169 | 8 564 567,901126 |
| 16 555 942,009638 | 8 564 533,933456 | 36 555 871,914800 | 8 564 571,303970 |
| 17 555 981,628051 | 8 564 580,201021 | 37 555 973,905260 | 8 564 630,045438 |
| 18 555 975,329589 | 8 564 571,389826 | 38 555 960,455647 | 8 564 653,822924 |
| 19 555 911,108406 | 8 564 529,886046 | 39 555 856,590418 | 8 564 606,183114 |
| 20 555 865,168813 | 8 564 515,982169 | 40 555 682,626164 | 8 564 693,515374 |
|                   |                  | 41 555 634,892289 | 8 564 694,134135 |

#### BR 324

| X                 | Y                | X                 | Y                |
|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| 1 556 374,913951  | 8 565 975,864644 | 51 556 890,852689 | 8 565 904,423809 |
| 2 556 630,246341  | 8 565 768,628962 | 52 556 901,510499 | 8 565 975,099521 |
| 3 556 657,342835  | 8 565 711,352762 | 53 556 901,510499 | 8 566 059,813551 |
| 4 556 669,848921  | 8 565 769,670342 | 54 556 893,274926 | 8 566 127,584793 |
| 5 556 643,794588  | 8 565 925,878150 | 55 556 873,897076 | 8 566 202,617224 |
| 6 556 482,257766  | 8 566 149,776004 | 56 556 810,919052 | 8 566 339,611914 |
| 7 557 626,888600  | 8 570 653,945300 | 57 556 772,163353 | 8 566 426,746355 |
| 8 557 546,308576  | 8 570 570,956932 | 58 556 751,332152 | 8 566 482,899660 |
| 9 557 474,610513  | 8 570 469,784172 | 59 556 738,252104 | 8 566 559,384326 |
| 10 557 434,401462 | 8 570 390,879109 | 60 556 732,438744 | 8 566 626,187392 |
| 11 557 293,912039 | 8 569 977,958702 | 61 556 738,252104 | 8 566 717,194465 |
| 12 557 284,223091 | 8 569 934,391482 | 62 556 755,692183 | 8 566 804,328906 |
| 13 557 279,863083 | 8 569 878,722251 | 63 556 781,852278 | 8 566 882,749895 |
| 14 557 283,254205 | 8 569 808,982862 | 64 556 818,185740 | 8 566 962,139045 |
| 15 557 493,988339 | 8 569 240,220477 | 65 556 865,177037 | 8 567 037,655564 |
| 16 557 475,579375 | 8 569 235,863744 | 66 556 898,119376 | 8 567 081,222784 |
| 17 557 517,726220 | 8 569 000,600764 | 67 556 935,421748 | 8 567 121,885521 |
| 18 557 489,628331 | 8 569 000,600764 | 68 556 999,853100 | 8 567 182,395545 |
| 19 557 493,503873 | 8 568 974,944522 | 69 557 082,208996 | 8 567 253,071256 |
| 20 557 479,939383 | 8 568 966,231083 | 70 557 155,360387 | 8 567 328,103687 |

Salvador, 28 de julho de 1998

Fonte: Biblioteca da FMLF, 2020.